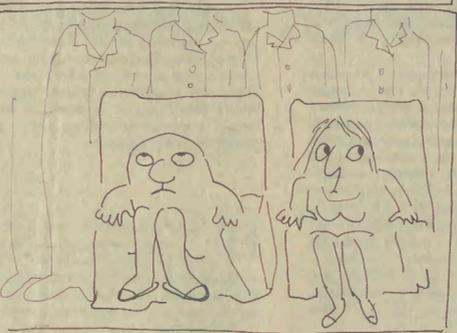
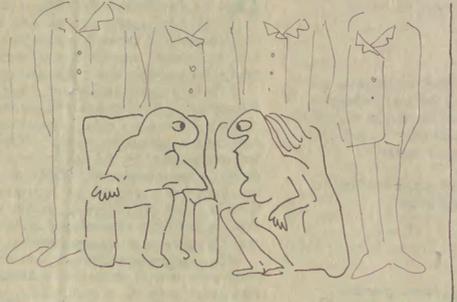


Cresce em todos os sectores políticos a condenação das leis de segurança apresentadas pelo Governo Soares-Pinto



Maioria PS-PSD com o CDS recusou, sem argumentos e a gaguejar, a impugnação da lei de «segurança interna» apresentada pelo grupo parlamentar do PCP - **Pág. 3** • Tomadas de posição de todos os sectores políticos contra os projectos fascizantes do Governo criam problemas dentro da própria coligação - **Pág. 3** • Um resumo das medidas previstas nas três leis (serviço de informações, protecção de dados e «segurança interna») revela o carácter ferozmente antidemocrático e anti-constitucional da ofensiva governamental - **Suplemento** • A intervenção do camarada Carlos Costa no Encontro Nacional dos Quadros do PCP da passada semana é um esclarecedor documento sobre o ataque ao Poder Local, peça importante dos projectos totalitários do Governo PS/PSD - **Suplemento**



Bayardo Arce, Coordenador da Comissão Política de Direcção Nacional da Frente Sandinista com Álvaro Cunhal no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes

DELEGAÇÃO SANDINISTA EM LISBOA

Pág. 2

EP EP

já comprou?

ASSIM TRABALHA O PCP

Tudo a postos para a 1.ª Assembleia da Organização Regional de Setúbal do PCP: sábado e domingo, no pavilhão do Vitória Futebol Clube. Intervenção de Álvaro Cunhal na sessão pública de encerramento



1.ª Assembleia da Organização Regional do Porto já tem data marcada

Assembleia das Organizações Concelhias de Matosinhos, Viseu e Funchal

Duas importantes campanhas de âmbito nacional em marcha: de recrutamento de 10 mil novos membros e de reforço das células de empresa

No próximo fim-de-semana:

Festas de unidade, convívio, fraternidade e esclarecimento em Beja, (Festa Alentejana), Gondomar, Lisboa (Festa da Liberdade), Caldas da Rainha (Mercado-Festa), St.ª Iria de Azóia (Fim-de-Semana Popular) e Cova da Piedade (Espectáculo da Amizade, amanhã, às 21 e 30)

Atenção às novidades sobre a Festa da Alegria (Braga), a realizar em 6, 7, e 8 de Julho

Págs. 4/5/6

SEMANA

20

Quarta-feira



Cooperação sindical

A AR começa a apreciar os recursos do PCP e do MDP/CDE contra a admissão da proposta de lei do Governo sobre «segurança interna»; as intervenções dos deputados do PS e PSD não deixam dúvidas que os respectivos grupos parlamentares estão dispostos a avaliar o referido diploma. ■ A operação policial contra os «FP-25» leva à prisão do tenente-coronel Otelo Saraiva de Carvalho, elevando para 42 o número de pessoas detidas. ■ A CGTP-IN e a Organização dos Trabalhadores de Moçambique anunciam em conferência de imprensa o estreitamento da cooperação entre os movimentos sindicais dos dois países. ■ A «France Press» anuncia que as previsões do OCDE para Portugal apontam para a subida da inflação e a queda dos salários reais. ■ O presidente francês François Mitterrand chega a Moscovo em visita oficial. ■ O arcebispo de Santiago anuncia que o secretário-geral do Movimento Democrático Popular chileno, José Sanfuentes, foi preso e enviado para exílio interno em Tongoy, a 500 quilómetros da capital do Chile.

21

Quinta-feira

Centenas de quadros do PCP debatem, na Faculdade de Letras em Lisboa, formas de enfrentar a grave situação financeira em que se encontram as autarquias do país na sequência da política seguida pelos últimos governos e em particular pelo actual. ■ Almada antes e depois de Abril é tema de espectáculo da Academia Almadaense, para evocação de figuras destacadas do movimento associativo local. ■ Konstantin Tchernenko propõe a Mitterrand «um acordo sobre o reconhecimento de determinadas normas de relações recíprocas destinadas a atenuar o perigo da guerra nuclear». ■ O presidente salvadorino Napoleón Duarte rejeita a proposta de negociações com as forças guerrilheiras da FMLN.

22

Sexta-feira



Batista Pereira

A SIP do PCP divulga uma nota condenando as acções terroristas e salientando a necessidade de as combater, ao mesmo tempo que recorda que as formas de investigação devem respeitar integralmente o direito de organização e os direitos e liberdades dos cidadãos. ■ Morre Batista Pereira, campeão de inúmeras provas de natação e o único português que atravessou o canal da Mancha. ■ Abre na FIL mais uma edição da Juventude, festival Internacional da Infância e da Juventude. ■ O governo da República Dominicana prende 20 dirigentes políticos e sindicais, entre os quais o secretário-geral do Partido Comunista Dominicano. ■ Onze países da América Latina aprovam em Cartagena, na Colômbia, uma proposta sobre as suas dívidas externas e possíveis formas do seu pagamento. ■ A agência Tass afirma que uma cimeira URSS-EUA não pode ser utilizada para servir objectivos eleitorais. ■ Sob pretexto de um alegado ataque nicaraguense ao seu território as Honduras ameaçam a Nicarágua de usar o «direito de legítima defesa»; o ataque foi desmentido pela Nicarágua.

23

Sábado

Realiza-se em Lisboa o II Encontro Nacional do MURPI. ■ Um telefonema anónimo em nome das «FP-25» para a agência EFE ameaça com represálias o PR e vários membros do Governo se Otelo Saraiva de Carvalho não for libertado dentro de uma semana. ■ Mário Soares volta do Japão cheio de ideias tontas; à chegada ao aeroporto afirma que «os japoneses olham para nós como se fôssemos a grande potência do séc. XVI». ■ Realiza-se em Loures o Congresso Extraordinário dos Bombeiros Portugueses para decidir formas de luta contra as dívidas do Governo. ■ Margaret Thatcher é atingida por um ovo lançado por agricultores galeses que protestavam contra as quotas de produção de leite impostas pela CEE; os agricultores juntaram-se à manifestação de mulheres de mineiros em greve há 15 semanas pela defesa dos seus postos de trabalho. ■ O governo libanês aprova um plano de segurança para a reunificação de Beirute.

24

Domingo

A regularização do caudal do Tejo através de barragens e diques foi um dos temas do Seminário promovido em Santarém pelas revistas EC-Economia e Poder Local, em que se considerou ser possível evitar os dramas cíclicos provocados pelas cheias do rio. ■ A agência espanhola EFE considera que a prisão de 42 suspeitos de pertencerem às «FP-25» se reveste de «evidentes conotações políticas» e faz notar que as forças policiais não revelaram o local onde foram apreendidas as armas apresentadas como pertencentes àquela organização terrorista. ■ São libertados os dirigentes sindicais e políticos dominicanos, a quem as autoridades interrogaram sobre os planos para uma greve geral de protesto contra as cedências às imposições do FMI. ■ O governo do Kampuchea assina um acordo de protocolo com a República Democrática de São Tomé e Príncipe para o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países.

25

Segunda-feira



Bayard Arce

A CGTP-IN alerta que a situação dos trabalhadores com salários em atraso poderá em breve agravar-se com a falta de pagamento dos subsídios de férias, segundo a Central; o número de trabalhadores naquela situação é de cerca de 150 mil. ■ A APU propõe em sessão pública da Câmara de Lisboa que o bairro de Alfama seja considerado como património mundial. ■ Os combustíveis e o pão aumentam nos Açores. ■ Chega a Lisboa a rainha Margarida II da Dinamarca para uma visita oficial de quatro dias. ■ O dirigente sandinista Bayard Arce passa por Lisboa no âmbito de uma visita a nove países da Europa Ocidental; na capital, para além de contactos com entidades governamentais, o dirigente da Nicarágua encontrou-se com o secretário-geral do PCP. ■ Começa em Fontainebleau, na França, nova cimeira da CEE. ■ A África do Sul é expulsa da União Postal Mundial por iniciativa dos países africanos.

26

Terça-feira

Apesar das reconhecidas inconstitucionalidades de que enferma foi admitida a debate na Assembleia da República com os votos do PSP/PSD/CDS a proposta de lei do Governo sobre «segurança interna». ■ A União dos Sindicatos de Setúbal considerou «demagógico e eleitoralista» o plano de emergência anunciado pelo Governo e apresentou uma proposta alternativa; entretanto naquele distrito já ultrapassa os 20 mil o número de trabalhadores com salários em atraso. ■ Uma criança de oito meses morreu carbonizada em resultado de um incêndio que destruiu oito barracas na Amadora. ■ Alessandro Natta, 66 anos, é eleito pelo Comité Central do Partido Comunista Italiano para suceder como secretário-geral a Enrico Berlinguer. ■ Os chefes de Estado ou de governo dos dez países membros da CEE conseguiram chegar a acordo quanto à contribuição da Grã-Bretanha para a Comunidade. ■ Ferrovitários britânicos decidem apoiar a luta dos mineiros em greve já há 110 dias.

Editorial

ORGANIZAR PARA DEFENDER ABRIL

Escassos dias após franquear as portas de um quartel para cumprir serviço militar, qualquer mancoço toma conhecimento de que uma muito conhecida frase feita, reportada às funções em que se encontra, constitui completa inexactidão e grave e profundíssimo erro. Vem ela a ser a de que «em tempo de guerra — não se limpam armas».

O primeiríssimo instrutor que o mancoço defrontar explicar-lhe-á que a limpeza de uma arma não é um puro acto de higiene, é sim a manutenção necessária ao funcionamento de um mecanismo por que ele é responsável e de que, afinal, se encontra dependente. E mais lhe dirá que, exactamente nas condições em que mais necessita do bom funcionamento de tal mecanismo — isto é, na guerra — mais necessitará de que ele bem funcione. Isto é — em tempo de guerra... têm de se limpar as armas!

Dir-se-á que é estranha e inoportuna tal alegoria em páginas do «Avante!» numa altura em que a ofensiva anticomunista pretende, por todos os meios, incluindo os mais sórdidos, demonstrar tenebrosos e inexistentes envolvimento com actos de violência terrorista.

Não é estranha, nem é inoportuna. A classe operária e os democratas estão em luta. E, exactamente por isso, cuidam das suas armas. Resta saber quais são as armas.

No curto espaço de duas semanas, duas grandes organizações do PCP realizaram as suas assembleias: a Organização Regional de Lisboa nos passados dias 16 e 17, a Organização Regional de Setúbal no próximo fim-de-semana.

Para ninguém é surpresa que concretizar tais reuniões não é um puro acto de mobilização. É todo um processo de trabalho que envolve durante semanas e mesmo meses uma actividade de estudo, de reflexão, de participação. Uma actividade que passa pela elaboração de documentos (com tudo o que ela envolve de estudo e sistematização da realidade concreta), a sua discussão e debate, a elaboração de propostas e emendas. Uma actividade que envolve as expressões orgânicas de eleição de delegados, a definição dos seus mandatos, a responsabilização do seu trabalho. Uma actividade que requer a consideração do quotidiano de trabalho do Partido, das suas organizações, da sua ligação às massas e à vida. Uma actividade que envolve até o criar o local necessário para a assembleia, passando pelo papel que se imprime ao pano de fundo que se desenha.

Realizar, como o fez a Organização Regional de Lisboa, uma assembleia representativa de um colectivo de 52 000 militantes não é, pois, um acto simples ou casual. É em si próprio, um esforço, muito grande que só se pode explicar pelos resultados que dele podem advir.

No trabalho de estudo e sistematização realizado para preparar tal reunião se encontram sem dúvida raízes de resultados que se procuram. Olhar o trabalho e a realidade, ponderar as vitórias e as insuficiências, buscar o contributo colectivo para desenvolver umas e ultrapassar outras são só por si motivos suficientes para que consideremos — como a experiência nos ensina — indispensável o desenvolvimento do trabalho colectivo na definição da nossa actividade e dos nossos objectivos.

Mas não só isso.

No discurso que encerrou os trabalhos da 1.ª Assembleia da ORL, o secretário-geral do PCP alinhou quatro razões que baseavam a saudação que transmitiu à Direcção da Organização Regional de Lisboa cuja eleição era um dos objectivos essenciais da reunião e do trabalho que a ela deu origem.

Referiu o camarada Álvaro Cunhal o aspecto, para todos tão naturalmente positivo, de ter aumentado a presença de mulheres no novo organismo de direcção da mais poderosa organização do PCP. Referiu igualmente o facto tão estimulante de o juízo sobre o trabalho realizado ter levado à recondução em eleição de numerosos camaradas que até agora asseguraram as tarefas de direcção da ORL. Referiu ainda a expressão de um valor para que o PCP criou a definição linearmente clara de «regra de ouro»: a maioria operária foi assegurada na direcção da ORL.

Mas o primeiro motivo da saudação, claramente valorizado pela própria importância daqueles que se lhe seguiram, foi o facto de esta Direcção ter sido eleita.

A experiência da classe operária portuguesa e do seu Partido, tem ensinado a responder às condições da luta. Nas de clandestinidade, a democracia interna do Partido foi por elas condicionada. Mas, se é verdade que a luta continua, as condições são outras: e do facto de serem outras faz também parte este essencial elemento de que temos condições para, como a luta impõe, desenvolvermos o funcionamento democrático da organização. De trabalharmos nesse sentido.

Há muito a sublinhar nestes factos.

O empenhamento na luta em defesa da democracia e do regime saído do 25 de Abril por parte dos comunistas é uma evidência que ninguém se atreve sequer a negar. O esforço que isso envolve é evidente, a lucidez que nisso se coloca é transparente.

Temos então que este esforço de efectuar o aparente compasso de espera que significa uma tão grande reunião, preparada desde a base, democraticamente desenvolvida e elaborada faz parte da necessidade da luta e da lucidez com que a travamos.

Realizar uma assembleia de uma organização de 52 000 membros como a ORL, tal como tantas outras que se realizam, é então uma necessidade da luta, da eficácia do combate.

Declaração do PCP sobre as operações policiais

Correspondendo aos pedidos de vários órgãos de Comunicação Social no sentido de o PCP comentar as operações policiais desencadeadas na passada semana, a Secção de Informação e Propaganda divulgou na última sexta-feira a seguinte declaração:

1. O Partido Comunista Português sempre condenou, clara e inequivocamente, as acções terroristas, designadamente os atentados a pessoas e os assaltos a bancos, acções que favorecem objectivamente os planos das forças reaccionárias, e que são contrárias aos interesses dos trabalhadores e do regime democrático.

2. Por essa razão, o Partido Comunista Português considera que as medidas, no quadro da legalidade democrática, que possam ser tomadas contras as acções terroristas, são medidas necessárias em

defesa do regime democrático.

3. Não pode entretanto o PCP deixar de considerar estranho que só agora as autoridades tenham actuado quando é certo que tais actividades se desenvolvem há vários anos e existiam desde há muito, segundo as próprias autoridades, elementos bastantes para poderem actuar.

4. O PCP chama, deste modo, a atenção da opinião pública para a coincidência entre a operação em curso e as iniciativas legislativas do Governo tendentes à aprovação de leis — como a chamada lei

«segurança interna» — com a qual pretende limitar e liquidar direitos e liberdades dos cidadãos. As operações policiais em curso, surgem assim, também, como uma forma de pressão visando a aprovação de leis antidemocráticas e anticonstitucionais.

5. Quanto às prisões efectuadas, o PCP não está em condições de se pronunciar, por não possuir elementos bastantes, e por se tratar de matéria que se encontra em segredo de justiça.

6. O PCP salienta por último, a exigência de que nesta, como em quaisquer outras situações, nas formas de investigação sejam respeitados integralmente o direito de organização e os direitos e liberdades dos cidadãos, consagrados na Constituição e nas leis.

Camaradas falecidos

Batista Pereira

Batista Pereira morreu na sexta-feira última. O seu coração que lhe permitira vencer inacreditáveis distâncias nos rios e oceanos do mundo não resistiu mais ao mar encapela da vida e soçobrou. ■ Comunista desde a juventude, o «Gineton», que Pereira Gomes imortalizou nos «Estelões», foi um trabalhador da primeira fila pelas reivindicações da sua classe numa localidade detentora das mais ricas tradições revolucionárias. ■ Estava doente há alguns tempos. Ainda há pouco numa roda de amigos que viemos dos velhos tempos ele confessara esperanças de durar muito. Um amargo sorriso lhe vinha a cara já marcada pela doença, as suas palavras não iludiam ninguém: «Estava a chegar ao fim da travessia...».

Batista Pereira terminou a «travessia» e muitos nos lembramos quando para os seus treinos de longa distância ele escolhia propositadamente o percurso das Berlingas ao cais de Peniche para passar diante da Fortaleza onde muitos dos seus camaradas acompanhavam do mais longe possível aqueles dois valentes braços que batiam as ondas, vendendo pelas grades do cárcere.

António da Silva

Membro do Partido desde 1947, faleceu em Alhos Vedros no passado dia 4 de Junho o camarada António da Silva, natural de Silves. Durante a ditadura fascista, este militante do Partido foi um distribuidor do «Avante!», tarefa que realizou com vivo empenho.

Luís Barradas

Faleceu no passado dia 19 o nosso camarada Luís Barra-

das, da organização de S. João de Deus (4.ª zona do Comité Local de Lisboa). Pessoa prestigiada entre todos os camaradas, Luís Barradas foi membro do organismo de direcção da 4.ª zona, pertenceu à comissão de fundos e foi responsável pela distribuição do «Avante!» na zona, entre outras tarefas.

Mário da Silva Rodrigues

Após prolongada doença, faleceu no dia 20 deste mês o camarada Mário da Silva Rodrigues, de 59 anos, membro da organização da freguesia de S. João, em Lisboa.



O encontro no Centro de Trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes

Bayard Arce recebido por A. Cunhal

No dia 25 de Junho, Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido Comunista Português, encontrou-se no Centro de Trabalho do PCP na Soeiro Pereira Gomes com Bayard Arce, Comandante da Revolução, Coordenador da Comissão Política da Direcção Nacional da Frente Sandinista de Libertação Nacional.

Durante o encontro, que decorreu em ambiente de amizade e solidariedade fraternal, foram trocadas informações e opiniões acerca da situação em Portugal e na Nicarágua, e prestada particular atenção à situação na América Central.

Álvaro Cunhal reiterou ao dirigente nicaraguense a activa

solidariedade dos comunistas portugueses para com a revolução sandinista e a luta do povo da Nicarágua, sob a direcção da FSLN, para defender a independência, soberania e integridade territorial da sua pátria, perigosamente ameaçadas pela política de ingerências e agressões do imperialismo norte-americano.

Saudação do PCP à Frelimo

Por ocasião do 22.º aniversário da Frelimo e do 9.º aniversário da Independência de Moçambique, o Comité Central do PCP enviou a seguinte saudação:

Queridos camaradas

Por ocasião do 22.º Aniversário da fundação da FRELIMO e do 9.º Aniversário da proclamação da independência da República Popular de Moçambique, o Comité Central do Partido Comunista Português envia ao Comité Central do Partido Frelimo, ao camarada Samora Moisés Machel, a todos os militantes do vosso Partido e ao povo moçambicano as calorosas e fraternas sau-

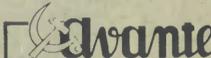
dações dos comunistas portugueses.

Ao fazê-lo temos presente os estreitos laços de amizade e solidariedade forjados entre os nossos dois partidos assim como entre os nossos povos ao longo de muitos anos de combate contra o inimigo comum, o colonialismo e o fascismo, e na luta pelos ideais também comuns do progresso social, da paz e do socialismo.

Sob a direcção da FRELIMO e do Partido Frelimo e fazendo frente a enormes dificuldades, o povo moçambicano alcançou ao longo destes anos grandes sucessos, conquistou a independência da sua pátria, defendeu a R.P.M. dos criminosos ataques dos racistas sul-

-africanos e do imperialismo, iniciou a edificação de uma nova sociedade orientada para a abolição da exploração do homem pelo homem.

Nesta data histórica da vida do vosso partido e do vosso povo desejamo-vos os maiores sucessos na realização das vossas árduas e complexas tarefas e expressamos a nossa vontade de continuar a agir pelo fortalecimento das tradicionais relações de amizade e solidariedade entre o PCP e o Partido Frelimo, no interesse dos nossos dois povos e países e da causa comum da emancipação nacional e social dos trabalhadores e dos povos, da paz e do socialismo.



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-3.º D.º, 1000 Lisboa. Tel. 769744-769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725-769722

DISTRIBUIÇÃO: C.D.L. Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828-779825-769751

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alcarova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.ª de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417

Delegação do Norte

Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 57B — 4000 Porto. Tel. 693908-699615

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Eiva, 6 — 3000 Coimbra. Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 766402

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL:

Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B — 1100 Lisboa. Tel. 776936-776750

Porto — Rua do Almada, 16-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067

Composto e impresso na Heska Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/84

Tiragem do mês de Maio: 45 426

Assembleia da República

Impugnação da Lei de Segurança Interna

— maioria contou com o CDS para atacar as liberdades

O Partido Comunista Português — e também o MDP — recorreu da admissibilidade da proposta de lei governamental sobre «Segurança Interna»...

xistentes alternativas de Cardia do que das enfermidades constitucionais da proposta de lei. Na Assembleia da República, entretanto, a maioria optou pela desconversa...

que o PCP mostrara que afinal a existência de uma Lei de Segurança lha não interessava? Nem a Polónia nem o Afeganistão faltaram nas réplicas dos «social-democratas».

vernamental e não tiveram uma correspondente atitude contrária da parte da maioria. Para além das intervenções da bancada comunista...

anunciando um projecto sobre segurança interna. A convergência de opiniões entre os partidos apolíticos do Governo e do partido da extrema-direita parlamentar revelou-se depois ser flagrante...

PCP e do MDP uniram-se os de todos os restantes partidos que no debate deixaram vincada a sua oposição a uma tal proposta de lei.

torna, no entender do Grupo Parlamentar do PCP, indispensável que, no respectivo processo legislativo, a todas as competentes instâncias da Assembleia da República seja garantida a possibilidade de intervir por todos os meios regimentalmente previstos com vista a garantir a profundidade dos debates...

particular que nele possam participar, em condições adequadas, com a legitimidade e conhecimento que justamente se lhes reconhecem, as entidades mais directamente ligadas à administração da justiça penal...

«Lei de Segurança» suscita larga oposição

Não foi apenas na Assembleia nem nas fileiras da oposição — nem sequer apenas entre os comunistas — que se vem assistindo a variadas declarações desfavoráveis à proposta de lei de Segurança Interna que o Governo pretende fazer aprovar pela sua maioria.

das especiais propostas, permite-me considerá-las uma potencial «violentação» contra os direitos do cidadão, nomeadamente à liberdade do domicílio e da correspondência...

URAP dirige-se ao Presidente da AR. Em carta dirigida ao Presidente da Assembleia da República, a União de Resistentes Antifascistas Portuguesas manifesta a sua inquietação «perante as notícias que vão chegando ao conhecimento da opinião pública a respeito das propostas de leis governamentais que constituem o chamado «pacote legislativo de segurança».

Intervenção de José Magalhães

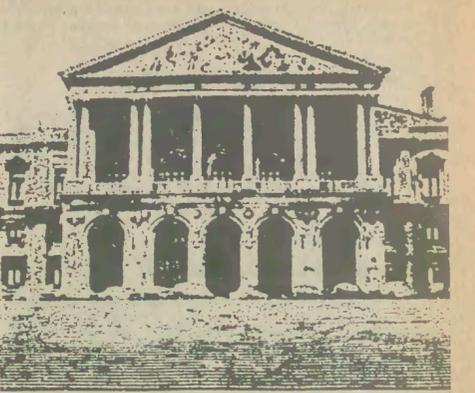
Alerta contra o estado totalitário

O camarada José Magalhães, deputado do PCP, produziu na semana passada uma intervenção sobre a Proposta governamental que visa criar a famigerada «Lei de Segurança Interna». Da intervenção proferida na Assembleia da República, que denuncia as inconstitucionalidades da proposta e lhe aponta os perigos contra o regime democrático, publicamos hoje significativos extractos:

os militares fariam de polícias. Trata-se de um atentado flagrante ao estatuto constitucional das forças armadas que a ser consumado poderia acarretar consequências gravíssimas para a autonomia, estabilidade e dignidade das forças armadas e do regime democrático.

deslocação sobre custódia, o que é inaceitável face ao que decorre da Constituição na sequência da Lei 1/82 querendo ainda (art.º 23.º) alargar o poder de detenção e os casos de prisão preventiva e apreensão de objectos e instrumentos.

Art.º 270.º da Constituição, base para restrição de direitos de militares e agentes militarizados, refere-se só às forças armadas. A própria inserção sistemática no capítulo «Administração Pública», do preceito do art.º 270.º significou, para os seus autores que deveria ser o regime dos militares e agentes militarizados das forças armadas a aproximar-se do regime geral da função pública e nunca o inverso.



- 1. Em primeiro lugar a proposta apresenta uma noção distorcida e redutora de segurança interna, uma filosofia de segurança incompatível com a Constituição...
2. Em segundo lugar a proposta visa atribuir ao Governo e aos Governadores Civis poderes para declarar arbitrariamente estados de excepção e de crise...
3. A proposta visa na verdade promover o agravamento da escalada repressiva dos últimos meses e pior ainda legitimar o uso das forças armadas em missões de segurança interna...

- 4. Pretende-se porém ir ainda mais longe e suspender no dia a dia o exercício normal dos direitos. Pedem-nos que autorizemos detenções, violações de domicílio sem mandato judicial, intercepções de correspondência, escutas fora das condições previstas na Constituição...
5. Para escutas e intercepções, o MAI e o MJ podem autorizar-las quando considerarem razões de estado de necessidade de medidas urgentes...
6. Em sexto lugar a proposta de lei visa restringir os direitos dos membros das forças policiais que vem sendo imposta há meses.

- 7. Talvez por isso o art.º 30.º restaura a garantia administrativa, dificultando a aobtenção judicial da punição dos membros das forças policiais que cometem crimes. É a sétima inconstitucionalidade da proposta, que lhe confere direito a esta triste divisa: «Segurança interna com polícias sem cidadania, inacessíveis aos cidadãos ou com excessivo acesso por estado de necessidade».

PCP



1.ª Assembleia Concellhia do Funchal

Sob o lema «Com os trabalhadores, com os democratas, organizar, intervir, transformar»...

Mercado-Festa nas Caldas

É uma festa, é um convívio, é um mercado e é uma acção de esclarecimento...

Festa Serrana no Vale do Rossim

Num belo local da serra da Estrela — o Vale do Rossim — a Comissão distrital da Guarda do PCP...

Sessão de esclarecimento na Ajuda

Com a participação do camarada José Casanova, membro da Comissão Política do Comité Central...

Reunião no CT do Barreiro

No Centro de Trabalho do Barreiro realiza-se hoje às 21h 30 uma reunião de leitores...

Ciclo de cinema em Faro

A Comissão Concellhia de Faro do PCP, à semelhança do ano passado, vai promover na esplanada do Centro de Trabalho...

Festa popular em Riachos (T. Novas)

A organização concelhia de Torres Novas do Partido Comunista Português...

Arraial popular em Santarém

Por iniciativa da Comissão da cidade de Santarém do PCP, realizou-se no passado dia 23 de Junho...

Parede: um dia dedicado ao Alentejo

A organização da Parede leva a efeito no dia 30 de Junho, na Cooperativa «A Linha do Estoril»...

Professores comunistas de Coimbra

Fazer o balanço do trabalho realizado, definir os objectivos para a acção futura e eleger o organismo de direcção...

Riva da campanha para o CT de Algés

Informa o organismo de direcção de Carnaxide do PCP que foram as seguintes as rifas premiadas...

Lisboa: Sorteio dos 10 cabazes

No espectáculo comemorativo da 1.ª Assembleia da ORL decorreu, como estava previsto...

Campanha de reforço das células de empresa

a importância das respostas a um questionário

Desde o passado mês de Maio que decorre a campanha de reforço das células de empresa...

Na sua edição de Junho, «O Militante», boletim de Organização do PCP...

Na introdução ao artigo sobre «o arranque da campanha na ORP»...

«Compreende-se que, na Resolução Política aprovada no X Congresso...

O Questionário

O Questionário da campanha consta das seguintes perguntas:

I - Sobre as empresas (e outros locais de trabalho)

- 1. Empresa: Ramo de actividade? Há outros estabelecimentos da mesma empresa?
2. Trabalhadores da empresa: Número total? Mulheres?
3. Ambiente: Há dificuldades de actuação aberta da célula na empresa?

II - Sobre as células

- 1. Célula: Existe célula? Se não existe, porquê?
2. Efectivos do Partido: Número total? Mulheres?
3. Direcção: Existe Secretariado de célula? Se não existe, porquê?

São discutidos com regularidade os problemas dos trabalhadores e da empresa?

4. Relações entre os membros da célula: Qual o tipo de relações entre o Secretariado e os outros membros da célula?

Há tendências «dirigistas» da parte do Secretariado? São ouvidas e estimuladas as opiniões de todos os membros da célula?

Estes participam activamente com a sua opinião na orientação do trabalho da célula?

Há dificuldades nas relações entre os membros da célula? De que tipo?

5. Membros do Partido não ligados na célula: Há membros do Partido que foram destacados para tarefas fora da célula?

Há outros membros do Partido que não têm ligação regular? Quantos?

Que medidas para criar uma ligação regular com eles? 6. Recrutamento, transferências e cartões: Tem havido recrutamentos? Quantos no ano de 1983?

As transferências (entradas e saídas) processam-se com rapidez? Há atrasos na aceitação de novos membros da célula...

7. Estrutura: Como está estruturada a célula? Existem núcleos de célula? Quantos?

Se existem como se faz o seu acompanhamento? 8. Reuniões: Fazem-se reuniões regulares? Onde? Com que frequência? Sua duração média? Qual o grau de participação? Quantos membros do Partido não reúnem regularmente? Quais as questões que são mais tratadas?

9. Plenários: Realizam-se plenários de célula? Com que frequência? Como são convocados? Qual o grau de participação? O que tratam?

10. Assembleia da célula: Quantas vezes já reuniu? Se nunca reuniu qual a perspectiva da sua reunião? 11. Quadros, militância e nível ideológico: Como são acompanhados, ajudados e promovidos os quadros que se destacam? Quantos membros da célula têm tarefas(s) distribuída(s)? Quais os meios mais usados para elevar o seu nível ideológico?

12. Quotas e fundos: Qual a percentagem dos membros do Partido que pagam as quotas? Qual a média mensal? Fazem-se outras recolhas de fundos?

13. Actividades: Quais as actividades fundamentais da célula? 14. Imprensa do Partido e documentos: Vende-se a imprensa do Partido por intermédio da célula?

Se não se vende, porquê? Se se vende, qual a média do número de exemplares do «Avante!»?

Qual a média do número de exemplares de «O Militante»? Distribuem-se documentos do Partido?

15. Informação e propaganda: A célula edita documentos com a sua assinatura? No caso afirmativo, que tipo de documentos? A célula faz propaganda? Dentro da empresa? Fora da empresa?

16. Lutas na empresa: Qual o papel da célula nas lutas dos trabalhadores da empresa?

17. Organizações unitárias: Qual a relação da célula com as organizações e organismos unitários? Delegados sindicais e estrutura representativa sindical? Comissão de Trabalhadores? Outras? Qual o nível de sindicalização e acção da célula a esse respeito?

18. Influência: Qual a evolução da influência da célula entre os trabalhadores da empresa?

III - Sobre o acompanhamento das células

1. Qual o organismo que faz o acompanhamento da célula (do seu Secretariado, se existe)? 2. Desse organismo faz parte algum membro da célula? 3. O organismo discute regularmente os problemas da célula?

4. Quais as medidas necessárias para assegurar um melhor acompanhamento das células de empresas?

Sobre o conteúdo do questionário, o artigo de «O Militante» esboça o seguinte comentário: «Como se vê, o Questionário é dividido em três partes.

«A primeira parte refere-se à empresa ou outro local de trabalho. Como está escrito na própria resolução, e se alude no Questionário, incluem-se nas empresas também outros locais de trabalho, tais como as Unidades Colectivas de Produção, as repartições públicas, os hospitais e as escolas do Estado, as Câmaras Municipais, etc. Isto quer dizer que importa responder também ao Questionário em relação a esses outros locais de trabalho.

«As perguntas que se fazem começam por referir-se somente à empresa e ao número de trabalhadores. As respostas podem ser dadas mesmo em relação a empresas e outros locais de trabalho onde não há célula ou mesmo onde não haja qualquer membro do Partido.

«As questões que são colocadas sobre o ambiente já referem-se à existência de uma organização e até de uma certa actividade. Interesse que se procure responder sobre o ambiente numa forma muito objectiva.

«A segunda parte do Questionário trata directamente da célula. Mas é colocada a hipótese de não existir célula. Nesse caso, só há que responder ao ponto 1 e ao ponto 2 desta segunda parte e mais nada, e mesmo em relação a este ponto 2, se não houver camaradas, é evidente que não se tem que responder, pois já antes se terá escrito que não há membros do Partido.

«Em seguida o Questionário apresenta uma larga série de perguntas a que se deverá responder com cuidado. Algumas delas pedem apreciações em que o subjectivismo pode ter grande influência. Exactamente por isso é que interessa não colher uma só resposta mas procurar conhecer mais do que uma opinião. Em relação a uma célula que tem Secretariado é necessário obter a sua resposta ao Questionário. Mas será bom obter também respostas de outros membros da célula.

«No que se refere à terceira parte do Questionário, é necessário que seja o organismo que acompanha a célula ou outro organismo de escalão superior a responder.

«O Questionário foi impresso em quatro páginas com espaço para as respostas. Estas deverão ser sucintas. Mas se houver necessidade de algum acrescento ou de referir uma questão importante que não está contemplada no Questionário, existem algumas linhas com esse objectivo. Por fim, é necessário datar a resposta e indicar o organismo ou camarada responsável por ele.

«É muito importante que as respostas a este Questionário não tardem, pois quanto mais depressa elas se obtiverem mais depressa pode a situação ser melhor examinada e mais rápidas poderão ser as medidas para reforçar as células. A indicação que é dada, no próprio Questionário, de que as respostas sejam escritas até final de Setembro é um limite que seria bom adiantar o mais possível.»



Está assinalado pelas divisões regionais com a camp de recrutamento do Comité de Junho...

«Uma resposta Campanha de Junho e a Comissão de Células iniciada na reunião de preparação das condições de trabalho.»

4 de Setembro Central de

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

UM ANO ATÉ FIM

100 pa o

Na sua reunião p dia 4 de Ju Partido aprovou u blução com das fileiras do PCP mente, da c foi desde log e entusiast

«Tendo em co riação do no para melhor mais uma vez se defessa da d da na prática, ten Portugal de que muitos trabo nta que o elementos de outo novos memb sociais se aproxima indispensa sas posições, ter na nossas que o reforço orga juvenescer a

«A segunda parte do Questionário trata directamente da célula. Mas é colocada a hipótese de não existir célula. Nesse caso, só há que responder ao ponto 1 e ao ponto 2 desta segunda parte e mais nada, e mesmo em relação a este ponto 2, se não houver camaradas, é evidente que não se tem que responder, pois já antes se terá escrito que não há membros do Partido.

«Em seguida o Questionário apresenta uma larga série de perguntas a que se deverá responder com cuidado. Algumas delas pedem apreciações em que o subjectivismo pode ter grande influência. Exactamente por isso é que interessa não colher uma só resposta mas procurar conhecer mais do que uma opinião. Em relação a uma célula que tem Secretariado é necessário obter a sua resposta ao Questionário. Mas será bom obter também respostas de outros membros da célula.

«No que se refere à terceira parte do Questionário, é necessário que seja o organismo que acompanha a célula ou outro organismo de escalão superior a responder.

«O Questionário foi impresso em quatro páginas com espaço para as respostas. Estas deverão ser sucintas. Mas se houver necessidade de algum acrescento ou de referir uma questão importante que não está contemplada no Questionário, existem algumas linhas com esse objectivo. Por fim, é necessário datar a resposta e indicar o organismo ou camarada responsável por ele.

«É muito importante que as respostas a este Questionário não tardem, pois quanto mais depressa elas se obtiverem mais depressa pode a situação ser melhor examinada e mais rápidas poderão ser as medidas para reforçar as células. A indicação que é dada, no próprio Questionário, de que as respostas sejam escritas até final de Setembro é um limite que seria bom adiantar o mais possível.»

Está assinalado pelas divisões regionais com a camp de recrutamento do Comité de Junho...

«Uma resposta Campanha de Junho e a Comissão de Células iniciada na reunião de preparação das condições de trabalho.»

4 de Setembro Central de

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

CAMPAÑA EM MARCHA ATÉ FIM DO ANO 1000 novos membros para o Partido!

reunião plenária do dia 4 de Junho, o Comité Central do Partido aprovou uma resolução com vista ao alargamento e reforço das células de trabalho. Para isso, a campanha de recrutamento de novos membros foi desde logo recebida e encarada nas condições de maior entusiasmo.

do em conta a situação do nosso país, a luta pela defesa da democracia e do trabalho, tendo em vista a situação de crise em que se encontram os trabalhadores portugueses de outras partes do mundo, é uma condição indispensável para fortalecer as nossas lutas, para rejuvenescer as organizações,

para as ligar mais profundamente aos trabalhadores, às outras camadas laboriosas, às populações — o Comité Central resolve promover, à escala nacional, uma Campanha de Recrutamento de mil novos membros para o Partido, desde Junho corren-

«Uma relação estreita entre esta Campanha de Recrutamento e a Campanha de Reforço das Células de Empresa iniciada no mês passado pode criar condições para a intensificação das duas campanhas e a obtenção de melhores resultados.»

4 de Junho, o Comité Central do PCP

R. Minho	550
R. Trás-os-Montes	300
R. Porto	1400
R. Beira Litoral	650
R. Beira Interior	300
R. Leiria	350
R. Santarém	600
R. Lisboa	2000
R. Setúbal	1600
R. Alentejo	1400
R. Algarve	350
da R.A. dos Açores	150
da R.A. da Madeira	150
emigração e estrangeiros	200
Total	10 000

Assim definida pela diversas organizações regionais da área com a campanha nacional de recrutamento decidida pelo Comité Central de 4 de Junho último.

Uma relação estreita entre esta Campanha de Recrutamento e a Campanha de Reforço das Células de Empresa iniciada no mês passado pode criar condições para a intensificação das duas campanhas e a obtenção de melhores resultados.

4 de Junho, o Comité Central do PCP

Circ. de Recrut. (CP)	Promoções Regionais I-VI-80		Promoção «Conquistas de Abril» VIII-XII-77	
	Metas	Resultados	Metas	Resultados
300	1024		1800	4653
150	613			
750	2186			
350	1120		700	1979
150	500			
200	515		700	2499
300	725			
1200	4040		2750	7216
750	3393		1800	4241
550	2107		1800	4501
200	438		300	1128
50	129		75	104
50	174		75	162
	626			684
5000	17 590		10 000	27 167

Assembleia dos trabalhadores comunistas da CP

Assembleia dos trabalhadores comunistas da CP, concretizada na política de encerramento de linhas, bloqueamento de investimentos urgentes, degradação dos serviços aos clientes, redução dos postos de trabalho e segurança, as dividas à empresa, o atraso no pagamento de salários e o bloqueamento das negociações do AE.

O desenvolvimento da luta dos trabalhadores ferroviários contra tal política e as medidas alternativas de defesa da empresa, com recurso às técnicas de luta dos trabalhadores interessados naturalmente no bem da empresa, das condições de trabalho e das condições de vida dos trabalhadores da CP, na discussão dos problemas de organização do Partido e na definição das principais linhas

seus interesses, contra a política restauracionista do PS e dos partidos reaccionários. Há que dar especial atenção aos pequenos e médios agricultores e é preciso recrutar muitos novos membros do Partido entre os intelectuais e quadros técnicos, entre os pequenos e médios comerciantes e industriais, entre outros elementos laboriosos das populações, entre os democratas em geral.

É necessário, ainda, orientar o recrutamento para as mulheres e os jovens. Como apontou o Comité Central do Partido, «ao mesmo tempo que há que levar por diante esta campanha com determinação e entusiasmo, é necessário acompanhá-la com medidas de organização e estruturação que permitam uma participação directa mais activa e mais coordenada de todos os membros do Partido.»

É preciso fortalecer os organismos existentes e constituir novos colectivos, é preciso prestar uma maior atenção ao conhecimento, à formação e à promoção de quadros, é preciso dedicar maior cuidado à elevação do nível político e ideológico dos membros do Partido e das organizações.

De 1977 até agora

Na sua edição de Junho, «O Militante», boletim da Organização do PCP, dedica duas páginas à campanha de recrutamento, preenchidas com um artigo em que se apresenta um rápido balanço das três anteriores campanhas de recrutamento decididas pelo Comité Central, acompanhado dum quadro comparativo; e ainda um quadro com a distribuição pelas diversas OR's do PCP da meta a atingir nesta 4.ª Campanha Nacional de Recrutamento.

Aqui deixamos para o leitor do «Avante!» esse material de informação e análise:

Nos últimos meses são muitos e diversos os acontecimentos que mostram as modificações que se têm dado na correlação de forças sociais e políticas no nosso país. As impressionantes comemorações populares e democráticas do 25 de Abril e as grandiosas manifestações do 1.º de Maio são o resultado dessas modificações e mais uma prova delas. A concentração nacional de 2 de Junho no Terreiro do Paço, em Lisboa, constituiu, pela sua extraordinária grandeza e combatividade, uma nova e clara expressão do descontentamento popular que alastra por todo o País.

O Governo PS/PSD está desacreditado. O apoio à coligação governamental e à direita em geral tem-se vindo a reduzir constantemente e claramente. Ao mesmo tempo, cresce a confiança numa alternativa democrática; mais e mais portugueses passaram a compreender que essa alternativa existe e que é possível e urgente alcançá-la (...)

(Da Resolução do Comité Central do PCP de 4 de Junho de 1984, sobre a campanha de recrutamento em curso.)

Matosinhos 250 delegados na 2.ª Assembleia Concelhia

Realiza-se no próximo domingo, dia 1 de Julho, no liceu de Matosinhos, com a participação de 250 delegados já eleitos nas organizações de freguesia e células de empresa, a Assembleia da Organização Concelhia de Matosinhos do PCP.

Com início às 9 e 30, um intervalo para almoço entre as 13 e as 14 e 30 (para o qual funcionará um serviço de apoio aos delegados) e encerramento pelas 19 horas, a Assembleia estará aberta à assistência de todos os membros do Partido da Organização de Matosinhos, bem como de diversos convidados.

Estará presente no decorrer dos trabalhos da Assembleia e para intervir sobre a situação política o camarada Vidal Pinto, membro suplente da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Entretanto, esteve nas organizações para discussão e recolha de propostas de emendas o projecto de documento de orientação política, que aborda, entre outros pontos, aspectos da luta antifascista no concelho; o trabalho autárquico e a participação dos comunistas na gestão democrática e pela resolução dos problemas da população; a luta dos trabalhadores contra a política de recuperação capitalista e a defesa das conquistas de Abril; os grandes problemas do concelho no campo da habitação, das estruturas sociais, dos transportes e do ensino; a acção do movimento associativo e popular e, naturalmente, o Partido.

A situação actual da organização, as perspectivas e medidas para o alargamento e reforço do Partido, o aumento da intervenção e influência dos comunistas em todos os sectores da actividade política, económica e social do concelho são parte integrante e fundamental do documento da Assembleia, que irá também eleger a nova composição da Comissão Concelhia.

Freguesias do concelho de Coimbra

Com a participação de 50 delegados, decorreu na passada semana o 1.º Encontro de Quadros das Freguesias do Concelho de Coimbra. De um debate vivo e interessado resultaria um conjunto de conclusões que apontam nomeadamente para o reforço das organizações locais e das respectivas comissões de freguesia, incentivando a actividade de esclarecimento, reforçando o empenhamento na luta pelas resoluções dos problemas locais e dinamizando a realização de Assembleias das organizações de freguesia e a formação dessas comissões, de comissões locais e de bairro e ainda incentivando o recrutamento. Sobre a desastrosa política do Governo e a total contumácia da maioria PS na Câmara Municipal de Coimbra, o encontro chamou a atenção para a depreciação das condições de vida da população e para o facto de que tal política e tal Governo são um entrave ao desenvolvimento do concelho e à resolução dos problemas das populações. O encontro referiu ainda que a política de sucessivos aumentos da CM de Coimbra está a contribuir pesadamente para o agravar dessa situação. Entre os presentes no encontro contava-se o camarada Vasco Paiva, do CC.

Todos os caminhos vão dar a Beja!

• Sábado e domingo: um programa repleto de atractivos

A Festa Alentejana volta de novo para animar o Baixo Alentejo.

É já no próximo fim-de-semana, dias 30 de Junho e 1 de Julho, no agradável parque de campismo da cidade de Beja. Festa de unidade e convívio, festa de luta e de intervenção no debate das ideias, a Festa Alentejana é, acima de tudo, a maior realização político-cultural do distrito. Como se pode comprovar pela riqueza e diversidade do programa, que aqui deixamos:

Sábado, 30 de Junho

Espectáculos

10.00 h — Abertura da Festa com salvas de foguetes.
15.00 h — Desfile de Grupos Corais e Bandas pelas ruas da cidade de Beja. Itinerário: Largo da Conceição (Junto ao Museu), Rua Conde da Boavista, Rua das Portas de Mértola, Rua da Infantaria 17, Largo dos Correios, Rua Pedro A. Cabral, Rua Luis de Camões, Avenida Vasco da Gama, terminando no recinto da Festa Alentejana. Desfilarão mais de 20 grupos corais e bandas.

18.00 h — Actuação de Rui Luis Gomes e Norberto Coelho.

18.30 h — Momento de Poesia alentejana.

20.00 h — Grande Noite do Fado com a participação de 15 elementos do «Fado de Abril» de Lisboa e de numerosos fadistas amadores da região de Beja.

21.30 h — Espectáculo com Fernando Tordo.
22.30 h — Convívio musical.
01.00 h — Encerramento da Festa.

Auditório

16.00 h — Colóquio sobre os projectos de desenvolvimento económico do distrito de Beja.
18.00 h — Passagem de Diaporamas.
19.00 h — Colóquio sobre a luta pela Paz no distrito de Beja.
21.00 h — Passagem de um filme.

Domingo, 1 de Julho

Espectáculos

10.00 h — Reabertura da Festa com salvas de foguetes e actuação de Bandas.
11.00 h — Manhã Infantil. Participação de Barata Moura e ainda de Zurk e Paulo (ilusio-

festa alentejana

das 30 junho - 1 julho-84



nistas). Haverá também dança rítmica, entre outras surpresas.

15.00 h — Canto alentejano com a presença de alguns grupos corais.

16.00 h — Tarde da música popular portuguesa, com a participação de: Brigada Semente à Terra, Grupo Vozes da Planície, e Paula.

17.00 h — Espectáculo com a Brigada Victor Jara.

18.30 h — Sorteio das «LTs».

19.00 h — Comício com José Soeiro, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Auditório

15.00 h — Projectão do filme sobre o 25 de Abril.
16.00 h — Colóquio sobre a Saúde no distrito.
19.00 h — Noite de Teatro pelo Grupo dos Corvos, com a peça «O Atiçar do Lume» (peça sobre o Alentejo). Autor: Joaquim Mouralles.
(Durante os dois dias da Festa haverá projecção de filmes em vídeo).

Outros atractivos da Festa Alentejana:

Mercado da Reforma Agrária

— Estará a funcionar a partir da manhã de sábado, aberto a toda a população.

Artesanato — Livros e discos — Bares e restaurantes — Funcionará durante todo o período da Festa. Sessões de autógrafos nos dois dias da Festa.

Espaço Juvenil — Bar/Esplanada com a venda de «Cuba Livre», Sangrias, entre outras; Música-Convívio; Projectão de Diaporamas; Concursos de Dança.

Desporto

1.ª Corrida da Paz a realizar no dia 30 de Junho, pelas 10 horas, pelas ruas da cidade. Escalões e distâncias: Escalão A — 5/9 anos — 1000 metros (M-F); Escalão B — 10/14 anos — 2000 metros (M-F); Escalão C — 15 ou mais anos (M-F) — 5000 metros.
Exposição — «25 de Abril — 10 anos depois»: Sobre a actividade do Partido no distrito; Bienal de Artes Plásticas.
Espaço Infantil — Pavilhão dos pioneiros; Parque de diversões; jogos, pinturas, etc.

festa de Gondomar

30 JUNHO e 1 JULHO QUINTA DAS FREIRAS Vila de Rio Tinto



2 DIAS DE FESTA E ALEGRIA

Espectáculos com a participação de PAULO DE CARVALHO e a SUA BANDA, LUÍSA BASTO, JOÃO FERNANDO, RANCHO POLCLÓRICO, CONJUNTO 1.º DE MAIO, PIONEIROS DE GONDOMAR e em simultâneo DISCOTECA E ADEGA DO FADO e ainda muitos jogos populares

EXPOSIÇÃO • COLÓQUIOS • STANDES DE VENDAS ARTESANATO • VESTUÁRIO • FILIGRANAS BRINQUEDOS • UTILIDADES • ETC., ETC..

FEIRA DO LIVRO E DO DISCO • TÔMBOLA

DOMINGO 1 DE JULHO 17.30 H.

COMÍCIO COM

ÂNGELO VELOSO

Membro da Comissão Política e do CC do PCP

Por iniciativa da Comissão Concelhia do PCP, a zona de Gondomar estará em festa no próximo fim-de-semana, com um programa diversificado distribuído por sábado e domingo, na Quinta das Freiras, vila de Rio Tinto

S. Iria de Azóia aguarda «Fim-de-Semana Popular»

• Comício no domingo com Carlos Brito

30 de Junho e 1 de Julho — Tempo para o Fim-de-Semana Popular, iniciativa de convívio e festa organizada pelos comunistas de S. Iria de Azóia, conhecida freguesia do concelho de Loures.

Como sublinha a organização do Partido, «o objectivo central do Fim-de-Semana Popular é proporcionar a todos os democratas, com ou sem partido, uns momentos de convívio e do estreitamento de laços de amizade, num momento em que é imperativo o reforço da unidade entre todos aqueles que desejam contribuir para a defesa e manutenção das liberdades, para o Portugal livre, democrático e independente, para que Abril seja cumprido».

Reunindo um bom conjunto de motivos de interesse, especialmente no campo musical, esta iniciativa dos camaradas de S. Iria é ao mesmo tempo uma jornada de divulgação da Festa do «Avante!» e de incentivo à venda das EP's para o

Alto da Ajuda, aspecto bem patente nos brindes do sorteio a realizar no espectáculo de encerramento, no domingo. Assim, os bilhetes de acesso (130 cravos) estarão na base de um sorteio para distribuição de cinco EP's para o Alto da Ajuda. Ao 1.º prémio correspondem três Entradas Permanentes para a Festa do «Avante!». Ao 2.º, duas. E finalmente ao 3.º uma EP.

E agora vamos ao programa completo do Fim-de-Semana Popular:

Sábado, dia 30

18 horas — abertura, lançamento de foguetes e morteiros; presença de individualidades convidadas.

18.30 — actuação do Grupo de Intervenção Cultural (GIC).

21.00 — espectáculo com Janita Salomé e o seu conjunto.

22.30 — fados e guitarradas com Esmeralda Amoedo à

frente de um prestigiado elenco de fadistas populares.



Domingo, dia 1

15.30 — actuação de ranchos folclóricos (adultos e infantis).

17.30 — espectáculo infantil com palhaços e outros artistas

de circo; atenção às surpresas e às animadas corridas de sacos.

21.00 — comício com intervenção de Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central e presidente do Grupo Parlamentar do PCP na AR.

22.00 — espectáculo de encerramento com Eunice Muñoz, Francisco Naia e o conjunto Banda Oposta. Apresentação do actor Mário Pereira.

Durante os dois dias da festa: petiscos, sardinha assada, dogarria, quermesse e bancas.

Os bilhetes de acesso ao Fim-de-Semana Popular — que (também) se chamam EP's — estão à disposição dos interessados no Centro de Trabalho do PCP em S. Iria de Azóia e nas organizações do Partido na freguesia.

PCP

No próximo domingo

Liberdade é tema de festa nos Olivais (Lisboa)

A Festa da Liberdade desce de novo ao Vale do Silêncio. No próximo domingo, dia 1 de Julho, retoma o seu contacto com a população dos Olivais, que todos os anos marca presença de alegria, convívio e unidade no «pulmão verde» da grande freguesia lisboeta.

Tudo começa com uma prova de atletismo («Corrida da Amizade»), às 10 horas, que percorrerá as ruas dos Olivais. Atenção também para a saída da Marcha da Paz para a Li-

berdade com desfile pelas principais artérias e ainda a presença da Banda da SFUCO e da juventude.

Às 13 horas haverá música gravada. Depois, às 14 e 30, teatro musicado com o GIC e a Banda Alvorada. Às 15 e 15, actua um grupo coral alentejano (Liga dos Amigos da Mina de S. Domingos). Depois sobem ao palco Paulo Valentim e Carlos Caldeira e o grupo «Anglia — Onda Jovem». Helena Isabel e Nuno Gomes dos San-

tos fazem a sua apresentação às 17 e 15.

Ponto alto do programa, será o comício com Zita Seabra, deputada e membro suplente da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Bancas, exposições, presença juvenil, petiscos e algumas surpresas completam a Festa da Liberdade, (este ano com dois palcos), onde também será apresentado um espectáculo novo com o título **Maria Eufémia**.



Festa da Alegria, em Braga Pela 7.ª vez, um acto de cultura fraternidade e democracia!

• Um programa à altura da grande iniciativa

Sete anos de vida tem já a Festa da Alegria. Sete anos de trabalho, imaginação e criatividade, tendo na base o esforço e a determinação dos comunistas do Minho que, com o apoio que é justo sublinhar de todas as organizações do PCP do País e de numerosos democratas, edificaram uma Festa hoje enraizada nas tradições culturais e festivas do Minho. Uma Festa que constitui hoje a maior iniciativa político-cultural regular da região, com um justo prestígio adquirido em todo o País. Que é um grande ponto de reunião e de convívio de muita gente que, sem distinção de credos políticos ou religiosos, fazem também da Festa da Alegria um grande acto de cultura, de fraternidade, de democracia. Que, também por isso, mereceria da parte do Município e dos responsáveis pelo Parque Municipal de Exposições, sem preconceitos de natureza partidária, um tratamento mais favorável que tivesse em conta o seu carácter cultural e festivo e a sua natureza não comercial, em vez dos pesados encargos que são impostos e que dificultam, de maneira crescente, a realização da Festa da Alegria. Ou seja, um tratamento que se inserisse numa política de aproveitamento integral e de efectiva abertura à população do belo Parque de que a cidade dispõe e que urge rentabilizar (também) no plano social e cultural.

Realiza-se a sétima edição da Festa da Alegria a 6, 7 e 8 de Julho, no ano em que se comemora o décimo aniversário do 25 de Abril e num momento em que a política de direita do actual Governo mergulhou Portugal na mais grave crise económica, social e política desde há 10 anos.

Porque a Festa da Alegria deve a sua existência ao 25 de Abril, este será um tema presente e marcante no conjunto do programa da Festa, designadamente na Exposição especial alusiva ao seu 10.º Aniversário.

Mas, porque a Festa se realiza «apesar da crise» (como diz o cartaz), mas não a pode ignorar, a luta dos trabalhadores e dos democratas por uma alternativa política que assegure a saída da crise nos caminhos de Abril e as propostas do PCP nesse sentido, estarão presentes também nas numerosas exposições e nos debates e, sobretudo, no comício que, **sábado, dia 7 de Julho, à noite**, marcará o ponto mais alto da Festa da Alegria, com

a participação do secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal.

Com pavilhões de artesanato, produtos e petiscos regionais, exposições, participam na Festa as organizações do PCP de todo o Minho e também de praticamente todas as regiões do Continente (Lisboa, Porto, Alentejo, Setúbal, Algarve, Leiria, Ribatejo, Beiras, Trás-os-Montes). Participa também este ano, retomando uma presença interrompida o ano passado por então a Festa da Alegria coincidir com a Festa do «Mundo Obrero», uma representação dos camaradas do Partido Comunista da Galiza, assim afirmando os laços de amizade entre os dois partidos

Os espectáculos

Os espectáculos da Festa da Alegria deste ano continuam orientados para a música portuguesa de qualidade, seja dando voz às várias expressões da moderna música popular, seja promovendo a divulga-

ção de outras formas musicais como o jazz. Ao mesmo tempo, procuramos animar e estimular os jovens artistas e grupos da nossa região. O programa conseguido na base destes critérios permite reunir em Braga, no palco principal da Festa da Alegria deste ano, um conjunto representativo e qualificado da moderna música portuguesa:

• **No 6.ª feira, dia 6 de Julho, à noite**, o «Grupo de Fados de Coimbra»; o Quinteto de Rui Azul, que abre o Festival de Jazz na Festa e Carlos Mendes e a sua Banda, que apresentam os seus mais recentes trabalhos;

• **No sábado, dia 7 de Julho, a partir das 22.30 horas e após o comício**, actuarão Samuel, Rui Veloso e a sua «Banda Sonora»;

• **No domingo, dia 8 de Julho, à noite**, actuarão Jorge Lomba e o Grupo «Troante», que encerram a Festa deste ano.

Também a animação característica das nossas festas regionais, o folclore minhoto e a música popular de raiz tradicional serão valorizados na nossa Festa, com a participação assegurada dos Zés-Pereiras «Companheiros da Alegria», de Barcelos; dos Ranchos Folclóricos de S. Martinho de Tibães, de Chafé e da Casa do Povo de Viadatos; dos Grupos de música popular «Cantares», de Setúbal, e «Origem» e «Cantares da Terra», de Braga. Este conjunto de apresentações actuarão em espectáculos a realizar nas tardes de sábado e domingo.

No plano cultural, assinalamos a presença este ano de uma valiosa Exposição de obras de um dos mais destacados artistas plásticos nacionais, Rogério Ribeiro, sobre a Revolução nacional de 1383; de uma Exposição sobre o cartaz e o autocollante no Portugal de Abril; de colóquios com a presença de destacados escritores, como é o caso de Manuel da Fonseca, que virá



conversar com o público sobre a sua obra, sendo feito também um pequeno recital da sua poesia; de **Maria Ondina Braga, Wanda Ramos e Hélio Correia**, que intervirão num debate sobre o papel da mulher na literatura portuguesa contemporânea; de **José Manuel Mendes; de Victor de Sá**, que fará um colóquio sobre a «Memória colectiva das lutas dos trabalhadores e a imprensa operária», tema de que é investigador. Para os debates e encontros destes escritores com o público leste, funcionará um auditório próprio junto do Centro do Livro e do Disco, que este ano será ainda mais valorizado na Festa.

A Juventude terá este ano uma participação especialmente valorizada no Programa da Festa com um «Auditório da Juventude», aberto aos jovens de «todas as idades», que disporá de Palco próprio, exposições, zona de convívio e bar de apoio e no qual, durante os três dias, decorrerão espectáculos com artistas jovens, convívio animado por um grupo musical, debates sobre os problemas da juventude, a paz e sobre o próximo Congresso da JCP.

Será também no Auditório da Juventude que decorrerá o 1.º Festival de Jazz em Braga, com a participação de alguns dos melhores grupos do Norte dedicados a este tipo de música, que nos últimos anos a Festa tem vindo a procurar valorizar, a par da moderna música popular. Participam no Festival de Jazz o Quinteto de Rui Azul, Quarteto de Braga, Quarteto de Viana e o grupo «Ad Libitum».

Sublinhamos, ainda, como outros motivos de interesse:

• A clássica **Estafeta da Alegria** Guimaráes/Braga, com partida de Guimaráes, com inscrições abertas a todas as colectividades e grupos interessados, bem como jogos tradicionais populares no recinto da Festa;

• A «**Adega do Fado de Abril**», com a colaboração de fadistas populares de Almada;

• O **Mercado de produtos da Reforma Agrária**, organizado pelos camaradas da Organização Regional de Santarém;

• A **Festa da Alegria Infantil**, na manhã de domingo, onde as crianças terão o seu lugar privilegiado no programa da Festa com jogos, teatro, canções, folclore.

Poder local

Vale do Tejo em debate Há soluções para os problemas

Os problemas do Vale do Tejo, nomeadamente os que dizem respeito à regulação dos seus caudais de forma a evitar as tragédias que ciclicamente assolam a região constituíram um dos temas mais em foco no seminário realizado no último domingo, na Escola Superior Agrária de Santarém por iniciativa das revistas Economia-EC e Poder Local.

O Encontro contou com a presença de cerca de duas centenas de participantes, na sua maioria especialistas altamente qualificados, em representação de órgãos autárquicos, organizações populares e departamentos da Administração Pública Central e ainda de eleitos do PCP e do PS em autarquias dos distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal e de deputados daqueles partidos e de os Verdes à Assembleia da República.

Caracterizados por um debate vivo os trabalhos registaram várias dezenas de intervenções de pessoas profundamente inseridas no movimento de massas revelando um profundo conhecimento dos problemas em análise e pelas quais foi possível conhecer não só os graves problemas existentes mas também as propostas muito concretas para a sua resolução.

Nas três secções que funcionaram simultaneamente ao longo do dia estiveram em discussão temas como a gestão dos recursos hídricos, agricultura, turismo, saneamento básico, ambiente, equipamentos sociais, rede viária, habitação, relações entre administração central e local e política autárquica.

No decorrer das várias intervenções produzidas ficou patente que os aproveitamentos hidráulicos existentes bem como o sistema de diques são insuficientes para garantir a indispensável regulação dos caudais do Tejo. Daí, conforme foi salientado, a absoluta necessidade de concretizar a barragem entre a Foz do Zêzere e o Castelo de Almoural, construir diques ao longo das margens nas zonas habitualmente inundadas.

A atestar a importância deste empreendimento recorde-se que entre 1951 e 1971 ocorreram 50 cheias com as consequentes perdas de vidas e bens das quais a de 1979 assumiu proporções verdadeiramente dramáticas para as povoações ribeirinhas.

Por outro lado a concretização de tais projectos permitiria igualmente o alargamento das áreas cultivadas, a introdução



de novas culturas, a criação de alternativas às culturas desadequadas, à modernização dos métodos de exploração agrícola, à melhoria da rede viária da zona, à instalação de indústrias subsidiárias da agricultura.

As questões colocadas ao longo do Encontro evidenciaram igualmente que para além da dimensão técnica existe uma decisiva dimensão política para ultrapassar os problemas.

Como sublinhou Luis Sá, director da revista Poder Local na intervenção de encerramento, fala-se de «regularizar o caudal do rio, por exemplo, e pensa-se na necessidade de uma barragem, diques, em resumo, de investir. Mas investir

significa necessariamente pôr termo e inverter a política do actual e dos anteriores governos».

Para além de constituir um «sério alerta» à opinião pública e ter sido um importante contributo para que os estudos e projectos esquecidos nas gavetas viessem à luz do dia, este Seminário sobre o Vale do Tejo permitiu demonstrar (e talvez esse não tenha sido o mérito menor) que apesar de graves os problemas existentes têm soluções.

Assim o «desenvolvimento regional demagógico e de fachada» de sucessivos governos de direita dê lugar aos actos.

Encontro sobre gestão financeira mais um (grande) passo

Só a cegueira política do costume e a cortina de silêncio que vem abafando iniciativas de interesse nacional do PCP poderão fazer «cair» (por ora...) a importância do Encontro que no sábado passado reuniu no Anfiteatro 1 da Faculdade de Letras de Lisboa mais de uma centena de quadros qualificados do nosso Partido ligados ao trabalho autárquico em todo o País eleitos, técnicos e responsáveis partidários, entre os quais o camarada Carlos Costa, cuja intervenção final, feita em nome do CC, publicamos no Suplemento deste número: o que ali disse, disse-o para todos nós, seja qual for a nossa tarefa.

Para o PCP e a APU é em particular para os que trabalham nas autarquias, porém, essa intervenção e os restantes documentos e intervenções

do Encontro serão uma ajuda, e imediata, para dar continuidade ao trabalho pelas populações, enriquecendo a preparação para o encontro que em cada sector e centralmente foi necessário fazer.

O tema é vasto e complexo — a gestão financeira das autarquias, que o Governo PS/PSD levou «a extremos insustentáveis de asfixia». Assim tratado, só o PCP (e a APU nas autarquias) de facto ligado ao povo, sem «telhados de vidro» — «que os erros detectados são para corrigir» —, o objectivo único é servir os interesses das populações, uma orientação para o Poder Local aprofundada ao longo destes dez anos, muita experiência, obra feita e saber, e um estilo de trabalho colectivo que cada vez mais é capaz de incorporar a contribuição de muitos não

comunistas. Tudo isto foi transparente no encontro de sábado.

Um tal estilo de trabalho sério, competente e colectivo espelha-se no documento-síntese — um levantamento pormenorizado da difícil situação finan-

os novos encargos que o Governo quer impor.

E torna evidente — desde os elementos dados na intervenção da abertura acerca da documentação, longa e cuidadosamente corrigida síntese, quando um método de que há

Encontro sobre o ensino primário na Amadora

Por novas competências, por verbas necessárias para o ensino primário, que passará a ser parcialmente encargo das autarquias, promove a Câmara Municipal da Amadora, no próximo sábado, a partir das 15 horas e na Galeria Municipal um encontro para que foram convidados professores, pais e suas Associações, sindicatos do sector e órgão de Poder Local do município.

Festa do Ausente em Viana do Alentejo

Vem o Verão — e chegam os emigrantes que podem fazer férias. No Alentejo, onde é tradicional proporcionar-lhes momentos de convívio mais próximo com os seus conterrâneos, numerosas festas estão em organização. A primeira que se anuncia, para o próximo fim-de-semana, é em Viana do Alentejo, aberta também aos vianenses que vivem na área de Lisboa e que podem inscrever-se em excursões organizadas pela Casa do Alentejo. A Câmara Municipal de Viana do Alentejo, que organiza, assegurará dormida aos que dela necessitem, devendo a indicação ser dada no acto de inscrição.

O programa, além de vários actos de convívio, baile e variedades, inclui uma visita guiada ao concelho, a partir das 15 horas de sábado.



ceira das autarquias, das consequências desastrosas que terá a revisão da Lei de Finanças Locais como o quer o Governo e no geral todo o pacote antiautárquico; do trabalho desenvolvido neste domínio pela APU, da política alternativa que defendemos (e fundamentamos) «para inverter o processo de agravamento em curso», do papel do PCP na luta pela autonomia do Poder Local democrático e ao serviço do Povo, e da importância do reforço do Poder Local para sair da crise e levar por diante o Portugal de Abril.

Mas esse estilo de trabalho transparece igualmente em dezenas de outras intervenções feitas — de Câmaras, freguesias, técnicos; sobre relações com outras estruturas económicas, o pacote antiautárquico e

também cada uma das contribuições, até aos exemplos de boa gestão ou de gestão irresponsável, ou ruinosa, ou corrupta (e do Porto, por exemplo, vieram bastantes exemplos) — torna evidente, dizíamos, a superioridade da gestão APU e a sua aptidão para enfrentar (e lutar contra) as dificuldades, por um lado, e a incapacidade do PS, PSD e CDS para observar a democracia, o pluralismo e os interesses das populações das autarquias em que têm a maioria, e a sua sujeição quase generalizada aos interesses da direita no Governo.

É um vasto somatório de experiências trocadas que vai sem dúvida frutificar: em maioria ou em minoria, o PCP e a APU têm agora novos instrumentos de trabalho para melhor trabalhar.

Amanhã, na Cova da Piedade

Espectáculo da Amizade

Honras para a boa música portuguesa

Sérgio Godinho, Carlos Mendes, Samuel, Helena Isabel, Jo Apolloni, Carlos Paulo, Jorge Lomba e o grupo «Cantares» vão actuar no pavilhão do Clube Recreativo Piedense, amanhã, à noite, no Espectáculo da Amizade, iniciativa da Comissão Concelhia de Almada do PCP.

A entrada para este espectáculo é livre com a apresen-

tação da «PA» ou dos bilhetes de sábado ou domingo da recente Festa da Amizade 84, prejudicada pelo mau tempo registada na altura.

A apresentação do Espectáculo da Amizade, que terá início às 21 e 30, estará a cargo da Companhia de Teatro de Almada (Grupo de Campolide).

Ainda a 1.ª Assembleia da ORL Os «porquês» dum «êxito assinalável»

• DORL vai editar a Resolução Política aprovada

Em nota divulgada no passado dia 22, a Direcção da Organização Regional de Lisboa (DORL) do PCP faz um rápido balanço da 1.ª Assembleia, realizada a 16 e 17 deste mês no Coliseu dos Recreios.

Diz o documento da DORL: «Considerou-se ter sido um êxito assinalável pelo apro-

fundamento dos problemas e das tarefas que se colocam à ORL, pelas potencialidades de

trabalho reveladas ao longo dos seus trabalhos, pela coesão e unidade reveladas (todas as resoluções foram tomadas por unanimidade e aclamação), fruto do trabalho político realizado, quanto ao número e conteúdo das intervenções de mais de 100 delegados, pelo número de participantes (1062 delegados, milhares de convidados), pelo estímulo que está já a imprimir a toda a actividade na ORL.»

549 reuniões preparatórias

Refere mais adiante a nota da DORL do PCP:

Nas 549 reuniões preparatórias desta Assembleia foram eleitos os delegados e recolhidas centenas de propostas de alteração. Quanto a estas, incluídas as recebidas no decor-

rer da própria assembleia, foram 632, tendo sido aceites 460, não aceites 152 e 20 aceites parcialmente. Assim se chegou à nova versão do projecto de Resolução Política que os delegados aprovaram por unanimidade, e que a DORL agora vai editar.

«Consideraram-se, finalmente, positivas as alterações introduzidas à composição da DORL que passou a ter 83 membros, dos quais 32 (50,8%) são operários, 21 (33,3%) empregados, 9 (14,3%) intelectuais e quadros técnicos e 1 (1,6%) agricultor e que passou a ter também 25,4% de mulheres e a idade média de 36,5 anos.

«Concluiu-se ainda da existência de deficiências no trabalho preparatório, em parte resultantes do envolvimento da ORL numa intensa e variada luta política e social no último mês.»



Uma «foto» para a História do Partido: a primeira reunião da nova DORL após a 1.ª Assembleia da Organização Regional de Lisboa, realizada a 16 e 17 de Junho no Coliseu

Trabalhadores

REFORMADOS

50,4% dos pensionistas vivem em barracas

A pensão mínima do regime geral (5500\$00) de 1984 corresponde exactamente a 906\$00 de 1975 — quebra superior a 54 por cento no poder de compra dos reformados, conclui o MURPI em Encontro Nacional • Concentração de bancários, sexta-feira passada, em Lisboa: reivindicado aumento salarial médio de 28,8% • Salários em atraso tendem a aumentar — afirma a CGTP • Hotelaria: Federação marca plenário para hoje: previstas formas de luta • Trabalhadores gráficos e similares reclamam PRT • Sábado próximo em Leiria: III Encontro Distrital de Segurança Social • 18 em 20 jornalistas de «O Globo» entram em greve por salários em atraso • Sindicato dos Jornalistas prevê formas de luta pela revisão do CCT • MDM de V. F. de Xira apoia luta e apela à solidariedade com as operárias da LUVEX (Alverca) • Metalúrgicos do Porto: hoje, amanhã e no sábado: eleição dos corpos gerentes de um dos maiores sindicatos do País • Hoje e amanhã eleições no Sindicato dos Têxteis (Covilhã) • Hoje no Porto reúnem-se em Encontro as CTs da região • Sexta e sábado (29 e 30): 1.º Congresso da União dos Sindicatos de Aveiro • Paralisação em Setúbal na próxima quinta-feira, dia 5 • Próximo sábado: organizações dos trabalhadores da Carris e do Metro promovem Festa do 9.º aniversário das nacionalizações.

Casas abarracadas e barracas, sótãos e tuguírios sem as mínimas condições para habitar são o lote inominável de 50,4 por cento de aposentados, idosos e inválidos — mais de 20 por cento da população em Portugal.

No auditório do Sindicato do Comércio, em Lisboa, o Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos condenou veementemente aquela situação e revelou que «de um milhão de reformados do regime geral, 275 mil recebem uma pensão inferior a um terço do salário mínimo nacional».

Os 5500 escudos dessa pensão (mínima do regime geral este ano) correspondem «apenas a 906 escudos de 1975», quando essa mesma pensão era de 2 mil escudos mensais.

Em menos de 10 anos, os beneficiários — se assim se pode chamar aos que recebem aquela pensão — deixaram pelo caminho mais de 54 por cento do seu poder de compra sem poder nenhum.

Em Encontro Nacional o MURPI afirmou, letra por letra, sábado em Lisboa que do milhão de reformados do regime geral cerca de 800

mil recebem pensão mensal inferior a metade do salário mínimo nacional e «apenas 2700 têm uma pensão superior».

Num conjunto de 10 conclusões e recomendações, o MURPI, tendo em conta que aquele salário não atinge em média os 15 contos mensais líquidos, reclama «o rigoroso cumprimento dos princípios democráticos dos direitos do homem e do respeito pela Constituição».

Reclama o MURPI, com a grande representatividade e prestígio que lhe cabem no Portugal de Abril, entre outras, a satisfação das se-

guintes reivindicações: contenção do custo de vida; pensões mínimas de 65 por cento dos salários mínimos, com indexação semestral ao nível do custo de vida; Serviço Nacional de Saúde universal e gratuito; rejeição de qualquer aumento das rendas de casa; apoio social através dos centros de dia, lares residenciais, serviço doméstico domiciliário; e desconto de 50 por cento nos transportes públicos sem limitações.

Não é pedir demasiado para quem, na generalidade, tanto deu e continua a dar.



Hoje no Porto Encontro Regional da Coordenadora/CTs

Promovido pela Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores do Porto, decorre hoje durante todo o dia, no Sindicato do Comércio, um Encontro de CTs, sub-CTs e Coordenadoras sectoriais da região do Porto.

Em discussão estará a análise da situação social, problemas dos trabalhadores e o desenvolvimento da luta, o balanço da actividade e problemas das CTs.

Será discutido e votado o Plano de Actividades da Coordenadora das CTs da Região do Porto para o segundo semestre deste ano.

A Comissão Coordenadora das CTs do Porto teve a sua origem em 1977 na então denominada Comissão Permanente das CTs. Eleita em plenário, desenvolveu até hoje a sua actividade participando em acções de massas em defesa dos interesses dos trabalhadores e contribuindo para o reforço da sua unidade, designadamente no exercício do controlo de gestão.

Apesar das dificuldades e obstáculos criados pela política dos governos de direita, a Coordenadora tem sabido resistir, sendo hoje uma organização prestigiada entre os trabalhadores do Porto, e com

condições favoráveis ao desenvolvimento da sua acção.

Em Abril deste ano, foram eleitos por mais de uma centena de membros os actuais dirigentes da Comissão Coordenadora, cujo mandato durará dois anos.

Numa situação caracterizada pelo agravamento brutal das condições de vida, com destaque para os salários em atraso, numa situação em que se intensifica a repressão sobre os trabalhadores e se desenvolve a maior ofensiva de sempre contra o sector público e nacionalizado, numa situação de ameaças sobre o regime

democrático, assume particular importância a realização deste Encontro.

A dinamização das CTs existentes, a criação de novas CTs e o reforço da Coordenadora surgem, assim, como linhas de trabalho indispensáveis para a continuação da luta pelo pagamento dos salários em atraso, contra a repressão e os despedimentos, pela defesa do sector público e nacionalizado, pelo exercício do controlo de gestão, pela aplicação das normas de segurança e higiene no trabalho, por um novo governo e uma nova política para o nosso país.

Serviços de Saúde

Incompetência, compadrio e demagogia — demonstra o Governo PS/PSD

«O Governo PS/PSD já mostrou incompetência, compadrio e demagogia, com que tenta encobrir a sua desastrosa política na Saúde.» Reclamando a demissão urgente do Executivo e medidas capazes de «conduzir à rápida implementação da Lei de Bases do Serviço Nacional de Saúde (SNS)», quadros comunistas do sector reunidos recentemente em Lisboa verificaram que «o nível de cuidados prestados tem vindo a degradar-se» e que o Ministério da Saúde, «com uma fachada reorganizativa», só tem tomado medidas que contribuem para essa degradação. Posições idênticas sobre casos específicos, como o recente assassinio de uma médica e o acidente que vitimou Joaquim Agostinho, foram também divulgadas oportunamente pelo Sindicato dos Médicos da Zona Sul e pelo Sector da Saúde da Organização Regional de Lisboa do PCP.

Depois de uma análise em sete pontos, incidindo sobre alguns dos aspectos mais graves da situação actual no sector a nível do distrito, um documento aprovado pelos quadros conclui ser necessário:

- Tomar medidas tecnicamente acertadas, como a instalação de uma rede de cuidados primários em todo o distrito, incluindo a cidade de Lisboa; a construção de hospitais de tipo distrital nos grandes concelhos periféricos, bem como a beneficiação e recuperação dos existentes na cidade. E conclui ser urgente:
- O reforço das verbas destinadas à Saúde, tendo em vista a satisfação imediata das necessidades dos Serviços, e o fim do es-

banjamento (entre outros) em pagamentos às Misericórdias; o preenchimento rápido de todas as vagas existentes nos Serviços de Saúde, nomeadamente na carreira de clínico geral; a revisão dos quadros e a garantia de emprego para todos os trabalhadores da Saúde, com o fim dos contratos a prazo, e a adopção de uma política correcta de recursos humanos.

Seiscentas vagas em clinica geral

O documento dos quadros comunistas indica que existem no distrito de Lisboa, «cerca de 600 vagas na carreira de clinica geral». Ao mesmo tempo, há lugares vagos de assistentes hospitalares, «serviços com equipas de enfermagem em situação de ruptura», mas com vagas por preencher.

O Ministério da Saúde, sem que o Governo levante contra isso um dedo, «mantém milhares de vagas nos quadros». Mas recorre «sistematicamente à contratação a prazo».

Os quadros comunistas do sector recordam que esse ardil, utilizado pelo Governo numa altura em que o desemprego alastra, se destina a «aliciar alguns incautos com a distribuição de empregos», tentando «mantê-los dóceis sob a espada pendente do fim do contrato».

Cortes orçamentais e esbanjamentos

Os elevados cortes no orçamento da Saúde provocaram «situações catastróficas e irreversíveis em alguns Serviços». Mas «os esbanjamentos continuam a subir de forma vertiginosa». O documento dos quadros comunistas no sector acrescenta que o funcionamento dos Serviços se ressentiu da escassez dos investimentos («valores incompatíveis») e «os materiais de consumo estão a faltar».

Quanto aos esbanjamentos o documento refere o pagamento de «serviços privados e de medicamentos». São referidas também «as transferências para as Misericórdias». Este ano, «deverá atingir 1783 mil contos». Foi o próprio ministro que recentemente citou essa verba.

Graves distorções no distrito de Lisboa

Os Ministérios da Saúde AD e PS/PSD prometeram dois novos e grandes hospitais para a cidade de Lisboa. Mas o que se verifica são «graves distorções» no distrito, «com grande concentração de meios humanos, materiais e financeiros na capital».

As populações dos concelhos periféricos, e mesmo de distritos muito afastados de Lisboa, recorrem aos hospitais lisboetas para «cuidados diferenciados (hospitalares) e cuidados primários».

A cobertura adequada dessas zonas é urgente. Mesmo dentro da cidade há hospitais degradados e os cuidados são insuficientes, lembra o documento dos quadros comunistas do sector.

«Contributos» para entreter

Apresentado hoje como «cópia bastante censurada de um projecto de 1976» os denominados «Contributos para a Regionalização



dos Serviços de Saúde» foram entretanto apresentados pelo ministro Gonetinho como simples «documento orientador».

Ao comentarem esse documento ministerial, os quadros comunistas da Saúde afirmam que «pela discussão que o mesmo tem suscitado, pelos «bairrismos» que tem levantado e pelas intenções do ministro, não é certamente uma proposta séria, mas um documento para entreter».

Pondo embora essas limitações aos «Contributos», os quadros do sector, sublinhando que o documento do ministro «não se destina a ser documento legal», reconhecem-lhe «princípios correctos», mas com «erros na sua aplicação».

A análise geral da reunião de quadros comunistas do sector da Saúde no âmbito da ORL concluiu criticando a teimosia do Ministério da Saúde que continua a designar por Serviço Nacional de Saúde o «amontoado de Serviços existente».

No SNS/Gonela passariam a figurar também as «medidas gravosas» tomadas pelo Governo e a degradação da «imagem do que devia ser o verdadeiro SNS nos termos constitucionais».

Provavelmente, isso tudo comete o Governo «para em breve revogar a lei existente, que nunca cumpriu, com o argumento de que a mesma nunca serviu os portugueses».

Contra essa ameaça, os quadros da Saúde da ORL terminam o seu documento afirmando que só a demissão deste Governo e uma nova política podem «conduzir à rápida implementação da Lei de Bases do SNS (integralmente em vigor) tomando as medidas legais necessárias e dotando os Serviços existentes dos meios humanos e materiais que os torne capazes de cumprir o princípio constitucional do SNS, universal, geral, gratuito e participado», como deveria ser.

Ir aos Seguros buscar o que rende

O ramo de acidentes de trabalho representa perto de 30 por cento, quer em número de trabalhadores, quer em apólices em carteira, pelo que a Companhia Aliança Seguradora, tal como as outras nacionalizadas do ramo, não poderá subsistir com a Lei Quadro da Segurança Social que manda integrar aquele ramo dos Seguros nestes Serviços em vias de absorção completa pela Administração Pública. O alerta é lançado pelo secretariado da Célula do PCP na empresa pública Aliança Seguradora que chama a atenção para o facto de o Governo, ao mesmo tempo que retira, através da sua maioria na Assembleia da República, o ramo de acidentes de trabalho às Seguradoras nacionalizadas, mandar regulamentar («Diário da República» de 5 de Junho) a abertura das companhias de seguros privadas, «tentando assim satisfazer a mais velha das reivindicações do antigo patronato». Depois de referir que o total de trabalhadores ligados directa ou indirectamente ao ramo de acidentes de trabalho é superior a 4500, e que é a respectiva receita de prémios «é da ordem dos 16 milhões de contos», a Célula conclui que «a luta contra a saída dos acidentes de trabalho dos Seguros e contra a abertura de novas companhias é de interesse vital para assegurar o futuro dos trabalhadores de Seguros e necessita da contribuição de todos», em primeiro lugar para a defesa dos postos de trabalho e das empresas nacionalizadas.

«Se não tens casa junta-te a nós»

Depois de vincarem bem que para este Governo o diálogo é só demagogia, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Distrito de Lisboa e a Federação sindical do sector, que organizaram concentrações no dia 19, reafirmaram que «são necessários mais de 700 mil fogos para resolver o problema da habitação» em Portugal. «O parque habitacional é velho, recordam as associações sindicais. Mais de 60 por cento das casas existentes foram construídas antes de 1945 e, em cada 100 habitações, 47 não têm água canalizada, 55 não têm luz eléctrica e 35 não têm casa de banho». Mas o desemprego alfige o sector. «Vivemos a incerteza do amanhã. A fome é companheira de muitos milhares que trabalham e não recebem salários». A responsabilidade deste Governo e dos anteriores governo de direita é mais uma vez reafirmada pelas associações sindicais da construção que numa folha volante editada pelo Sindicato de Lisboa apelam fortemente à «decisão patriótica da exigirmos a demissão deste Governo antinacional, antidemocrático, antipopular». Atinge «os 35 por cento o total de agregados familiares que não podem comprar casa e mal podem pagar uma renda. Quem o diz é o próprio Ministério do Equipamento Social». A crise da construção vence-se com vontade política. «Se não tens casa, junta-te a nós» são apelos sindicais.

IPSS: «privadas» de quê?

Já se referiu o «Avante!» noutras ocasiões à luta desenvolvida ultimamente nas Instituições Privadas de Segurança Social, que só são «privadas» ou particulares no nome, pois dependem directamente da Secretaria de Estado da Segurança Social. As IPSS, decidindo-se pela greve de 24 horas do dia 15, repuseram reivindicações que apresentam há anos por outras formas, mas sem resultado. Segundo a Frente Sindical, com relevo para a Função Pública, aderiram à greve «mais de 12 mil trabalhadores», encerrando centenas de instituições que, como se sabe, incluem lares, creches, centros de dia, jardins de infância e outros organismos de assistência social. Refiram-se os motivos da greve: actualização dos salários; defesa de direitos como o pagamento de remunerações sem atrasos; carreiras; estabelecimento de tabelas salariais; definição de funções; liberdade sindical; e viabilização financeira das instituições. Destacam os Sindicatos, pela forte adesão, os distritos de Setúbal, Évora, Beja, Santarém e Porto. Na média de 55 por cento de adesões sobressaem ainda os concelhos de Lisboa, Loures, Amadora e Vila Franca.

Inter apoia convenção da OIT

A CGTP-IN manifestou no dia 22 «a sua posição de apoio incondicional» à Convenção 155 da OIT e defendeu a sua imediata ratificação integral pelo nosso país. Segundo a Inter, é evidente a falta de uma política nacional eficaz sobre «a segurança, a saúde dos trabalhadores e o ambiente de trabalho», matéria sobre que incide aquela Convenção Internacional.

Conforme consta dos documentos do Conselho Nacional de Higiene e Segurança no Trabalho (CNHST) e das reivindicações da Central há muito que a CGTP reclama iniciativas adequadas à «aplicação efectiva das normas internacionais» sobre o assunto. Deve ser definida sem falta uma «política nacional de prevenção dos riscos profissionais», sublinha a Inter adiantando que o CNHST, de que faz parte, aprovou em Outubro do ano passado, a ratificação daquele documento da OIT pelo nosso país.

Impedida divulgação de inquérito à RN

Segundo a Comissão Central de Trabalhadores da Rodoviária Nacional, esta empresa pública «não podia celebrar qualquer contrato cujo objecto fosse a exploração do Hotel Eva, pelo que o contrato existente poderá ser impugnável por quem nisso tenha interesse». Esta é a primeira das 14 alíneas em que a CCT da RN divide «em traços gerais» o que os especialistas concluíram acerca do processo de inquérito que o conselho de gerência da Rodoviária se comprometeu a levar a cabo desde 5 de Agosto de 1981 e cujos resultados não podem ser divulgados presentemente, porque, segundo a CCT, «criou-se um impasse que impede a plena divulgação dos compromissos assumidos pelo conselho de gerência perante a FSTRU» (Federação sindical dos rodoviários) naquela data. Recorde-se que o Hotel Eva, nacionalizado juntamente com a RN, foi depois entregue ao capital privado (empresa Chitefaro), em condições que, segundo a CCT, podem «prejudicar seriamente os interesses e expectativas da RN». Assim, a CCT da Rodoviária reclama dos órgãos de soberania «as medidas necessárias» para que «os interesses públicos venham a ser devidamente acautelados». Sem mais demoras, devem exigir-se «responsabilidades a quem muito bem as deve», refere ainda a CCT.

Internacional

Nicarágua na mira de Reagan com a ajuda de Soares

Uma das oito pistas de aviação para fins militares construídas pelos Estados Unidos nas Honduras, desde 1981, situa-se em Jamastrane a escassos 20 quilómetros do território da Nicarágua. Os objectivos agressivos que têm presidido a tais construções são sistematicamente denunciados em todo o mundo pelas mais diversas forças empenhadas em evitar uma guerra declarada na América Central. A administração Reagan, não menos sistematicamente, nega ser sua intenção invadir a Nicarágua.

Cabe, pois, perguntar qual o papel que as infra-estruturas militares criadas no âmbito das manobras «Granadero I» são chamadas a desempenhar, ainda que por enquanto apenas no campo das possibilidades. A resposta a esta questão foi dada recentemente por um adido militar na capital das Honduras à agência noticiosa «Efe» de forma a não deixar dúvidas:

A partir daquela pista (Jamastrane), com cerca de 3300 metros de comprimento, poderia desencadear-se um ful-

gurante ataque aéreo em várias direcções, aproveitando a sua situação geográfica no centro oeste da fronteira comum — afirmou o adido militar, precisando ainda que a referida pista está suficientemente próxima da Nicarágua, a apenas 200 quilómetros em linha recta de Manágua, para que modernos aviões de combate penetrem na Nicarágua em formação de combate apenas em cinco minutos e alcancem a sua capital em escassos 15 minutos.

A informação não podia ser

mais clara. Juntamos-lhe agora outra, não menos relevante. Na passada sexta-feira oficiais norte-americanos e hondurenhos começaram a preparar em Tegucigalpa as novas manobras militares conjuntas de Janeiro do próximo ano. E isto porque entretanto terminaram oficialmente as «Granadero I». No planejar é que vai o ganho...

Os espíritos mais ingéniosos poderiam pensar que no interior dos soldados norte-americanos voltariam para casa desanuviando o ambiente centro-americano das pesadas suspeitas de guerras mais ou menos encobertas. Mas não. Como oportunamente foi dado a conhecer, as forças militares dos dois países ficarão até Janeiro em exercícios de emergência E para quem não soubesse de que emergência se tratava o governo das Honduras fez o favor de esclarecer: no próprio dia em que começava o planeamento das manobras (contínuas) até para o ano, a Nicarágua foi solenemente avisada de que as Honduras poderão usar o direito de legítima defesa para responder a pretensos ataques militares nicaraguenses ao seu território.

Como velha história do ladrão que ao ver-se acossado começa a gritar «agarra que é ladrão»...

Mas o cinismo, certamente aprendido com os conselheiros norte-americanos, vai mais longe. Transformando-se de agressor a mando dos EUA em agredido, o governo hondureño assume o papel de vítima justamente quando em Washington rebenta novo escândalo sobre a política centro-americana de Reagan.

Illegalidades da Casa Branca

Acontece que foi tornado público o resultado de um inquéri-

to realizado pelo «General Accounting Office» (GAO) — o Tribunal de Contas do Congresso — que prova claramente que a Casa Branca desviou fundos para fins não oficialmente previstos, tais como o treino de tropas hondureñas e a construção de bases militares naquele país.

Segundo o inquérito do GAO, o Pentágono utilizou ilegalmente qualquer coisa como 1 900 000 dólares na construção de infra-estruturas militares nas Honduras. Tudo em nome da paz, da democracia e da liberdade, como Reagan virá certamente garantir... Quanto mais não seja para evitar os rebates de consciência para consumo público dos senadores republicanos que ainda em meados deste mês recusaram uma emenda proposta por Edward Kennedy visando proibir ao presidente Reagan o envio de tropas para operações de combate na Ni-

carágua e em El Salvador sem o aval do Congresso. Como a rejeição desta proposta equivale a uma carta branca ao Pentágono para a intervenção directa na América Central, os senadores vão ter muito que explicar ao seu eleitorado.

O mesmo se poderá dizer no que toca à rejeição de uma emenda proposta com o fim de bloquear a ajuda a bandos somozistas que a mando dos EUA e com o auxílio da CIA conduzem uma guerra não declarada na Nicarágua.

Como estas questões não podem ser separadas da actualização que se desenvolve no campo político e diplomático, cabe aqui lembrar a iniciativa patrocinada por Mário Soares que hoje terá lugar em Lisboa. É a chamada Conferência sobre a América Central promovida pelo PS e em que participa como convidado um dos chefes da organização contra-revolucionária «ARDE».



Atentos às manobras do imperialismo, constrói-se um mundo novo de solidariedade humana

Bayardo Arce, o dirigente sandinista que na segurda-feira passou por Lisboa no âmbito de uma digressão a nove países da Europa Ocidental, declarou que o governo da Nicarágua não havia sido convidado mas que Mário Soares (sem dúvida num emendar de mão de última hora) havia sugerido a presença na conferência, como observador, do embaixador nicaraguense em Lisboa. Uma sugestão a estudar, como diplomáticamente o dirigente sandinista observou.

O que não impede de recordar que o «very special friend» de Reagan fez questão de dissociar publicamente o seu Partido Socialista da Conferência Internacional sobre a Nicará-

gua e pela Paz na América Central, realizada no passado mês de Maio em Lisboa, com o apoio de inúmeras organizações internacionais e nacionais e o pleno aval da Frente Sandinista que se fez representar por uma delegação de alto nível.

Convém recordar que o PS de Mário Soares disse então não dar cobertura a iniciativas que «serviam os interesses de Moscovo», o que aliás não impediu muitos e destacados socialistas de participar nos trabalhos da Conferência. Para quem tivesse dúvidas, esta conferência aí está para as dissolver; sempre a reboque de Reagan, Soares preferiu dar o seu aval a contra-revolucionários.

Conversações franco-soviéticas

O diálogo é possível, e indispensável

«Encarando as coisas como elas são na realidade — é em política séria esta é a única atitude possível — deve-se reconhecer que entre a URSS e a França existem muitas diferenças: no que respeita ao sistema socioeconómico e à ideologia, bem como divergências sobre uma série de questões internacionais de importância» — declarou Konstantin Tchernenko, secretário-geral do PCUS, no discurso pronunciado no almoço oferecido no Kremlin ao presidente francês, François Mitterrand, acrescentando: «o mesmo realismo político obriga-nos a dizer que existem também muitos factores que aproximam os nossos dois países. Em primeiro lugar, são os laços de amizade historicamente estabelecidos entre os povos soviético e francês, cimentados pela luta conjunta na mais dura das guerras. São igualmente os diversificados contactos e trocas existentes hoje, nos diferentes domínios e que proporcionam vantagens mútuas. É, ainda, a particular responsabilidade da URSS e da França pela preservação da Paz, como países participantes na regularização da situação na Europa, no pós-guerra, como membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU e como duas potências nucleares.»

Neste extracto da intervenção de Tchernenko fica realçado um elemento fundamental desta visita: os contactos franco-soviéticos demonstram, antes de mais, a possibilidade de diálogo, mesmo de uma linguagem comum em determinadas questões, entre campos contrários, entre posições opostas. Na verdade, é contrariamente à prática e teorização política no domínio das relações internacionais, promovida pela Administração Reagan e pela NATO, é mesmo este o único caminho actualmente possível.

Caminho com inegáveis benefícios a médio e longo prazo,

porque constitui a via de sentido único para o futuro. Caminho que, simultaneamente, mesmo no imediato, traz consequências claramente positivas.

Disso são exemplo os resultados das conversações entre a França e a União Soviética, em que ficaram acordadas várias pistas de desenvolvimento das relações bilaterais: no domínio das consultas políticas regulares, para a busca de vias concretas para atenuação da tensão internacional; no campo das relações económico-comerciais e técnico-científicas, em que nomeadamente se

aponta para a intensificação do trabalho na elaboração de novos projectos, numa base estável; no que respeita ao intercâmbio cultural e ao ensino, campo particularmente propício ao fomento de um espírito de respeito e amizade mútua entre os povos.

Finalmente, ficou realçada a possibilidade de sucessiva aproximação de pontos de vista e mesmo de elaboração de acções paralelas ou conjugadas no plano internacional.

Entre as questões abordadas onde um progresso rápido será possível estão vários passos importantes para uma via

de desarmamento: uma declaração de recusa em recorrer à força em primeiro lugar, a interdição da arma química, a não-proliferação da arma nuclear e a prevenção da militarização do espaço.

Diferenças

O mérito dos resultados para já alcançados nas negociações de Moscovo (que entretanto a evolução futura das relações bilaterais deverá continuar) reside justamente num facto: o abismo que separa as opções socio-políticas, e muito particu-

larmente a definição das políticas externas entre os dois países.

Na já referida intervenção de Tchernenko, o secretário-geral do PCUS, afirmou com toda a clareza: «A paz que prezamos muito permite-nos elevar, inelutavelmente, o nível de vida material e espiritual de muitos milhões de trabalhadores na União Soviética. Na URSS faz-se muito para o aperfeiçoamento da democracia, o aprofundamento das liberdades pessoais dos cidadãos e a garantia dos direitos do Homem, nomeadamente do direito ao trabalho,

ensino e protecção da saúde. São já três as gerações de cidadãos soviéticos que desconfiam do desemprego, não sabem o que é não ter confiança no dia de amanhã, correr o perigo de ficar sem tecto, dar tratamentos à imaginação para instruir os filhos ou por causa do tratamento de um doente. Aqueles que nos tentam dar conselhos no âmbito dos direitos do Homem só nos podem provocar um sorriso de ironia. O direito de resolver autonomamente os nossos assuntos, conquistámo-lo na maior das revoluções e defendemo-lo nos duros combates contra os intervencionistas e agressores, e não permitiremos que ninguém se imiscua neles.»

As palavras são claras e foram inequivocamente dirigidas a Mitterrand, que levou a Moscovo a colecção (não muito extensa, aliás...) de posições anti-comunistas e anti-soviéticas criteriosamente alimentada no mundo capitalista: Sakarov, Polónia, Alegianista.

Outra advertência foi feita pelo secretário-geral do PCUS (e naturalmente não por acaso), quando diz: «Nos nossos dias há quem tente, no Ocidente, pôr em dúvida a estrutura político-administrativa da Europa, estabelecida no pós-guerra. Isto é extremamente perigoso. Entre o nosso país e a França sempre existiu compreensão mútua

nesta questão fulcral. Gostaríamos de pensar que assim será também no futuro.»

Mas o núcleo central das divergências está naquilo que mais marca a oposição entre sistemas sociais opostos: o domínio militar, a política externa.

Nesse campo, o presidente francês voltou a defender a conhecida posição de que os novos mísseis nucleares norte-americanos na Europa são a resposta aos SS-20, pelo que estariam à partida justificados, e que os mísseis franceses não deveriam ser cotabilizados na relação de forças em presença na Europa dos dois lados da fronteira que separa socialismo e capitalismo.

Uma posição tanto mais insustentável quanto, de par com medidas e projectos de ordem política, que na Europa conduziram à criação de uma estrutura militar liderada pela França e pela RFA, o governo Mitterrand tem tomado diversas medidas destinadas a incrementar a componente nuclear das forças armadas francesas. Concretamente foi decidida a construção, até 1994, de mais um submarino portador de mís-

seis, o que significa que a França passará a possuir 7 submarinos nucleares. Segundo o mesmo programa, o número de mísseis franceses deverá aumentar de 98 (80 mísseis instalados em submarinos e 18 mísseis de estacionamento terrestre) para 130 (112 mísseis nos submarinos e 18 terrestres). Com a passagem para ogivas múltiplas independentes, o número de ogivas nucleares nos mísseis franceses aumentará de 98 para 670 (7 vezes) e a sua potência total, de 75 para 112 megatoneladas (1,5 vezes).

É neste quadro que devemos ver a complexidade e importância das relações entre países dos dois sistemas em confronto. Exactamente porque o diálogo é a única porta aberta para um futuro possível, para alcançar o bem mais precioso e vital da Humanidade — a Paz. Os encontros de Moscovo demonstram mais uma vez, num momento e num contexto internacionais particularmente difíceis, que essa porta está aberta, que esse caminho é possível.

Existe uma saída?

Os encontros de Moscovo podem ser um passo para o desanuviamento: um passo a que muitos outros haverá que somar. Mas a saída é possível. Isso mesmo foi realçado pelo camarada Tchernenko a Mitterrand.

«Existirá uma saída para a situação criada? Estamos convencidos de que esta saída pode e deve ser encontrada, aliás já o dissemos reiteradas vezes. Mas para tal são necessários, não só os protestos de amor à paz, que se fazem

agora ouvir em excesso nalgumas capitais ocidentais. São necessárias as medidas que revelem a intenção de não colocar a URSS perante factos consumados ou em vias de consumar-se. Quando nos convidam a manter negociações sob a mira dos «Pershing» e dos mísseis de Cruzeiro, declarando, ainda, que os EUA não tencionam mudar a sua posição unilateral e pouco construtiva, apresentam-nos uma espécie de ultimato. Semelhante método não

serve para tratar com a União Soviética.

«É necessário que sejam dados passos práticos palpáveis que demonstrem claramente o desejo de tornar possíveis as negociações. Neste caso, também nós canceláramos as medidas que fomos forçados a tomar, face ao aparecimento de novas armas nucleares norte-americanas na Europa. É a vez dos Estados Unidos e dos países da NATO dizerem a sua palavra.»

Acordos com o FMI agravavam tensões na Rep. Dominicana

A situação de confronto e de tensão social que desde os fins de Abril último se vive na República Dominicana — altura em que as forças policiais reprimiram violentamente manifestações populares contra a subida brutal dos preços de bens essenciais — voltou a agravar-se na semana passada.

No âmbito de uma operação classificada de preventiva, cerca de 20 dirigentes políticos e sindicais de esquerda foram presos, incluindo o secretário-geral do Partido Comunista Dominicano, camarada Narciso Isa Conde, o director do jornal do PCD, José Israel Cuedo e os secretários-gerais de três das cinco centrais sindicais do país.

Embora todos os detidos no passado dia 20 tenham sido libertados na segunda-feira, este novo atentado aos direitos e liberdades dos cidadãos na República Dominicana constitui mais um passo na instauração dum regime repressivo que

muito justamente preocupa as forças democráticas dominicanas.

O pretexto invocado pelas autoridades durante as prisões e as buscas efectuadas a muitas das casas dos dirigentes detidos é um claro sintoma da

insegurança do governo social-democrata do presidente Jorge Blanco: a existência de planos para a convocação de uma greve geral no país. É curioso assinalar que embora o Procurador Geral da República e o ministro interino do Interior tenham afirmado «dispor de elementos sobre uma pretensa conspiração em que estariam implicadas forças de esquerda e de direita», as prisões só tinham visado os democratas...

Esta política repressiva que vem sendo seguida pelo governo dominicano, dominado pelo Partido Revolucionário do social-democrata Jorge Blanco, dirigente da Internacional Socialista, tem as suas raízes na necessidade de fazer cumprir as medidas de austeridade impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para a concessão de um crédito de 459 milhões de dólares, prontamente repudiadas pelo povo.

Quando de 22 a 24 de Abril último a República Dominicana foi palco de sangrentos confrontos entre a população e as forças policiais, em mais uma das revoltas da fome que começam a generalizar-se nos países do terceiro mundo com governos às ordens do imperialismo, tinham cabido de ser anunciados bruscos aumentos dos produtos alimentares básicos, dos medicamentos e dos artigos importados. Aumentos praticamente insustentáveis num país onde as condições de vida estão já profundamente deterioradas, mas sem os quais o FMI não concede os seus empréstimos.

Entre as imposições do FMI e a expressão da vontade popular o governo de Jorge Blanco optou pelas primeiras, afirmando-se convencido de que os amargos empréstimos assim conseguidos irão permitir fazer face à dívida externa do

país que orça já os 2,5 mil milhões de dólares e contribuir para o regresso da República Dominicana a um desenvolvimento, normal!

É caso para afirmar que se tal acontecesse seria um fenómeno na longa história das intervenções do FMI...

Descrentes em tal possibilidade, dirigentes sindicais encontraram-se no dia 25 de Abril com representantes do partido governamental e com o próprio presidente, exigindo a anulação dos acordos com o FMI, a repetição dos antigos preços e a fixação do salário mínimo em 200 pesos (menos de 10 mil escudos). A jornada de luta e de protesto realizada no 1.º de Maio em vários pontos do país apoiou estas reivindicações. Então como agora também o presidente Blanco acusou as

organizações de extrema direita e de esquerda de pretenderem com estas manifestações a sua destruição. Esquecendo que nas últimas eleições os representantes do seu partido prometeram pôr fim à miséria, que alcançou um nível crítico, melhorar a assistência médica e a alimentação do povo, conduzir o país para uma democracia económica, como muito oportunamente recordou o camarada Narciso Isa Conde.

As promessas do PRD foram substituídas pelos acordos com o FMI e as tensões sociais aumentaram. A nova vaga repressiva e intimidatória não contribui para as atenuar, muito pelo contrário, acentuando cada vez mais o carácter reaccionário das medidas governamentais.



Mensagem do PCP

O CC do PCP enviou ao CC do PC Dominicano a seguinte mensagem:

Queridos camaradas

Ao tomar conhecimento detenção camarada Narciso Isa Conde, outros camaradas sindicais e democratas, expressamos nossa firme condenação e sentimentos fraternais de solidariedade.

O Secretariado do CC do Partido Comunista Português

África do Sul não cumpre acordos

Em comunicado do seu Comité Central, o MPLA denuncia o não cumprimento dos acordos de Lusaka por parte do governo de Pretória. O comunicado denuncia o «aumento do apoio da administração Reagan à África do Sul no sentido de sabotar a aplicação da resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU, sobre a independência da Namíbia» e sintetiza a análise da «situação político-militar do país, caracterizada por actos criminosos de bandos contra-revolucionários que, desesperados com as pesadas derrotas infligidas pelas forças de defesa e segurança, multiplicam os atentados terroristas contra populações civis, os raptos de cidadãos estrangeiros e a destruição de infra-estruturas económicas e sociais». O texto do comunicado salienta ainda: «cada vez mais o tipo de guerra que nos é imposto denuncia poderosos engajamentos políticos, militares, financeiros e logísticos do imperialismo».

Enquanto o MPLA acusa a África do Sul de continuar a armar, treinar e financiar os bandos da Unita, notícias divulgadas em Portugal, e não desmentidas pela África do Sul, indicam que no mês de Maio ter-se-iam realizado na RSA, encontros entre Jonas Savimbi e o ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros e ainda com Chester Crocker.

Aniversário da independência de Moçambique

Na recepção que assinalou o 9.º aniversário da independência de Moçambique, Samora Machel denunciou indícios de uma conspiração internacional contra Moçambique, em que actualmente já se pode avaliar «a verdadeira dimensão e o nível de envolvimento de certas forças estrangeiras», acusando directamente «o imperialismo e as forças saudosistas do colonialismo», e garantindo: «o povo moçambicano, o Partido Frelimo e o governo saberão distinguir quem é o inimigo e quais são os seus verdadeiros amigos».

Nas comemorações esteve presente o dirigente do ANC, da África do Sul, Oliver Tambo.

Em Portugal, o aniversário da independência moçambicana foi assinalado, com uma sessão comemorativa que incluiu uma manifestação cultural.

Mas porque no nosso país também há inimigos do povo de Moçambique, uma vez mais foi possível a realização de uma conferência de imprensa da RNM (bandos terroristas que actuam em Moçambique), formalmente interrompida, e em que foram proferidas ameaças aos cooperantes, considerados «alvos militares».

Ainda as eleições para o Parlamento Europeu

Num primeiro comentário à pronunciada queda eleitoral sofrida por socialistas e comunistas em França, «L'Humanité», órgão central do PCF, afirma: «Pela sua ausência, os abstencionistas de domingo fizeram um gesto político. O seu número está de acordo com as dimensões da decepção, do descontentamento e mesmo da confusão que foram ganhando terreno, três anos depois da vitória de 81.

«Parece-nos que não há tarefa mais urgente para a maioria, do que fazer o seu próprio exame de consciência.»